

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PLANO DE ACESSIBILIDADE**

Rio de Janeiro

2017

Ficha catalográfica

**Reitor**

*Luiz Pedro San Gil Jutuca*

**Vice-Reitor**

*Ricardo Silva Cardoso*

**Chefe de Gabinete da Reitoria**

*Roberto Vianna da Silva*

**Pró-Reitor de Graduação**

*Alcides Wagner Serpa Guarino*

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa**

*Evelyn Goyannes Dill Orrico*

**Pró-Reitora de Extensão e Cultura**

*Claudia Alessandra Fortes Aiub*

**Pró-Reitora de Assuntos Estudantis**

*Mônica Valle de Carvalho*

**Pró-Reitora de Planejamento**

*Loreine Hermida da Silva e Silva*

**Pró-Reitora de Administração**

*Núria Mendes Sanchez*

**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**

*Carlos Antonio Guilhon Lopes*

**Diretor do Arquivo Central**

*Flávio Leal da Silva*

**Diretora da Biblioteca Central**

*Márcia Valeria da Silva de Brito Costa*

**Superintendente do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle**

*Fernando Raphael de Almeida Ferry*

**Decana do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde**

*Agostinho Manuel da Silva Ascenção*

**Decano do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia**

*Sidney Cunha de Lucena*

**Decano do Centro de Ciências Humanas e Sociais**

*Leonardo Villela de Castro*

**Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas**

*Benedito Fonseca e Souza Adeodato*

**Decana do Centro de Letras e Artes**

*Carole Gubernikoff*

**COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE**

Portaria n.º 740, de 11 de agosto de 2016

*Ricardo Silva Cardoso (Presidente)*

*Loreine Hermida da Silva e Silva*

*Alcides Wagner Serpa Guarino*

*Evelyn Goyannes Dill Orrico*

*Claudia Alessandra Fortes Aiub*

*Nuria Mendes Sanchez*

*Carlos Antonio Guilhon Lopes*

*Mônica Valle de Carvalho*

*Fernando Raphael de Almeida Ferry*

*Márcia Valeria da Silva de Brito Costa*

*Flávio Leal da Silva*

*Carmen Irene Correia de Oliveira*

*Liliana Angel Vargas*

*Renata Leão Assumpção*

*Luiz Carlos Gomes*

*Paulo Roberto Pereira dos Santos*

*Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda*

*Claudia Tannus Gurgel do Amaral*

*Paulo Edison Coutinho Marques*

*Antonia Barbosa Píncano*

*Cládice Nobile Diniz*

**COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO**

*Loreine Hermida da Silva e Silva (Pró-Reitora de Planejamento)*

*Antonia Barbosa Píncano (Coordenadora Executiva – organização didático-pedagógica)*

*Cládice Nobile Diniz (Coordenadora Executiva – infraestrutura arquitetônica)*

**LISTA DE FIGURAS**

[Figura 1 - Organograma Institucional 19](#_Toc490681352)

**LISTA DE QUADROS**

[Quadro 1 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas 15](#_Toc490681256)

[Quadro 2 - Quadro de Distribuição de Funções de Confiança 20](#_Toc490681257)

**LISTA DE SIGLAS**

**SUMÁRIO**

[I. BREVE HISTÓRICO, ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE, MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS 9](#_Toc490681154)

[I.1. Breve Histórico 9](#_Toc490681155)

[I.2. Atribuições da Entidade 9](#_Toc490681156)

[I.3. Missão 13](#_Toc490681157)

[I.4. Visão 13](#_Toc490681158)

[I.5. Princípios 14](#_Toc490681159)

[I.6. Objetivos Gerais 14](#_Toc490681160)

[II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL, A ORGANIZAÇÃO, UNIDADES OPERACIONAIS 15](#_Toc490681161)

[II.1. Estrutura Organizacional 15](#_Toc490681162)

[II.2. Organograma Institucional 19](#_Toc490681163)

[II.3. A Instituição 19](#_Toc490681164)

[II.4. Unidades Superiores 20](#_Toc490681165)

[II.5. Composição da Reitoria 22](#_Toc490681166)

[II.6. Unidades Suplementares 26](#_Toc490681167)

[II.7 . Centros Acadêmicos 27](#_Toc490681168)

[III. APRESENTAÇÃO 29](#_Toc490681169)

[IV. DEFINIÇÕES E CONCEITOS 30](#_Toc490681170)

[V. CLASSIFICAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS 31](#_Toc490681171)

[VI. POLÍTICAS PÚBLICAS 33](#_Toc490681172)

[VII. ACESSIBILIDADE 35](#_Toc490681173)

[VII.1. Acessibilidade no Meio Físico 35](#_Toc490681174)

[VII.2. Acessibilidade nos Transportes 36](#_Toc490681175)

[VII.3. Acessibilidade na Comunicação e Prestação de Serviços 38](#_Toc490681176)

[VIII. LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DIREITO À EDUCAÇÃO E À ACESSIBILIDADE 42](#_Toc490681177)

[IX. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UNIRIO 48](#_Toc490681178)

[X. PROMOÇÃO DE ACESSO DA UNIRIO 51](#_Toc490681179)

[XI. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE DA UNIRIO 52](#_Toc490681180)

[XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS 61](#_Toc490681181)

[REFERÊNCIAS 62](#_Toc490681182)

# I. BREVE HISTÓRICO, ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE, MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

## I.1. Breve Histórico

A UNIRIO originou-se da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Esta Federação apresentava como objetivo reunir e integrar estabelecimentos isolados de ensino superior, que anteriormente pertenciam a três ministérios: Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria (Escola Central de Nutrição), Ministério da Saúde (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto) e Ministério da Educação e Cultura (Conservatório Nacional de Teatro, Instituto Villa - Lobos, Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional).

Com a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, a FEFIEG teve nome e sigla alterados passando a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). A partir daquele ano, teve início o processo de transformação da estrutura da Federação, visando adaptá-la aos preceitos do seu Estatuto aprovado em 07 de novembro de 1975 (Parecer CFE nº 4.529/75), tornando-a “um todo orgânico, constituído por departamentos reunidos em centros, com estrutura para coordenação do ensino e da pesquisa”.

Legislação de criação da UNIRIO:

* Decreto-Lei nº 773, de 20/08/1969 » cria a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG.
* Decreto-Lei nº 7.683, de 17/12/1075 » altera a denominação de FEFIEG para Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ.
* Lei nº 6.655, de 05/06/1979 » transforma a FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.
* Lei nº 10.750, de 24/10/2003 » altera a denominação para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

## I.2. Atribuições da Entidade

O conjunto das políticas institucionais de caráter participativo, adotadas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), conclama a que se assuma a responsabilidade complexa que as recentes mudanças históricas na condução da educação superior pública colocam diante de gestores, técnico-administrativos, docentes e discentes.

Os ótimos resultados alcançados, mensurados através dos inúmeros índices institucionais divulgados nesse período, ratificam a constatação de que tanto os progressos obtidos como a consonância da UNIRIO com as políticas e estratégias adotadas nacionalmente são motivo de encorajamento para a comunidade universitária.

Concepções e práticas de direção político-institucional não emergem e não se consolidam, exclusivamente, por meio das ideias de um grupo gestor, mas são efetivamente amadurecidas através dos contextos históricos específicos em que a instituição universitária se insere, seja em níveis mais locais e regionais, seja em níveis mais amplos, de abrangência nacional e internacional. Sob esta perspectiva, a universidade não está imune às imposições e limitações de origem exógena; não pode ignorar pressões advindas e constituídas a partir de diversos tipos de interesses; nem, tampouco, deve ignorar novas demandas sociais legitimamente constituídas.

Neste sentido, a universidade deve proceder às suas escolhas, respondendo às cobranças, exercendo suas funções críticas, sem se eximir à responsabilidade histórica de renovar e produzir saberes que venham ao auxílio da construção de novas realidades sociais, mais solidárias e mais justas.

Uma universidade inclusiva, aberta a estabelecer formas de acesso mais abrangentes e democráticas do que as observáveis em passado recente, uma universidade que se recusa a manter participação no perverso processo de estratificação social historicamente instituído e consolidado em nosso país, deve ser capaz de enfrentar os desafios à absorção, em seu coletivo discente, de cidadãos advindos de setores sociais menos favorecidos em termos econômicos. A construção do conhecimento na Universidade – seja no ensino, na pesquisa ou na extensão universitária – deve ser autônoma, independente de injunções econômicas e/ou ideológicas.

Uma entidade que amplie suas concepções de espaços formativos e que agregue à integralização dos currículos de seus estudantes as horas dedicadas à leitura em bibliotecas, as experiências culturais e de extensão vivenciadas, as atividades políticas e promotoras da cidadania desenvolvidas dentro e fora da instituição corresponde também à mesma compleição de universidade que não pode perder de vista – em seus posicionamentos, concepções e práticas efetivas – a necessidade de preservar, democratizar e otimizar o espaço tradicional e presencial da aula. Do mesmo modo, não pode desconsiderar a necessidade de fazer frente às imensas demandas educacionais de setores da população que não podem realizar cursos presenciais e que merecem toda a atenção para que a educação a distância seja aperfeiçoada, garantindo-se a sua qualidade efetiva, tanto em termos de pedagogia e de metodologia, quanto nos aspectos tecnológicos, propiciando ao seu usuário participar de práticas educacionais não discriminatórias, mas, ao contrário, merecedoras de toda a atenção e estímulo dentro das políticas institucionais.

É a partir de perspectivas essencialmente democráticas e de caráter amplamente participativo que a UNIRIO enfrentará os grandes desafios institucionais que se anunciam, como, por exemplo, a implantação e o acompanhamento de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a desejável descentralização administrativa, a consecução da reforma estatutária e organizacional da instituição. Pretende-se consolidar o horizonte nuclear de uma universidade cada vez mais democrática e socialmente referenciada. É preciso dar continuidade aos importantes projetos em fase de implantação ou em desenvolvimento; buscando novos níveis de qualidade, de eficiência acadêmica e administrativa; propiciando a atualização e o redesenho de funções e responsabilidades; garantindo a participação de todos os interessados nas deliberações mais importantes a propósito dos processos em curso, da dinâmica institucional e de seu fundamento social no contexto do presente.

É sinal de amadurecimento institucional que, em nossa convivência interna, possamos, neste momento, reunir lado a lado pessoas que tenham adotado, em vários aspectos e em distintos períodos, posicionamentos díspares ou perspectivas divergentes de análise da Universidade. O vigoroso confronto de opiniões e a entusiástica participação no debate político-institucional têm caráter afirmativo e construtivo, devendo levar ao fortalecimento da Universidade em sua missão social e pública. A diferença e mesmo o dissídio são fundamentais para o crescimento de uma instituição como a universidade, cuja matéria principal é o conhecimento – sua produção, seu armazenamento, sua classificação, seu tratamento, sua transmissão, sua socialização, seu aproveitamento a serviço de condições sociais mais justas e igualitárias, a favor da tolerância entre os diferentes, da aprendizagem em comum e por meio precisamente da diferença.

Nada disso se realiza como repetição do mesmo, como corroboração do idêntico. Mas se processa por meio da desestabilização das certezas iniciais, do confronto das hipóteses de partida, do atrito, do dissenso, do contraditório. Essa é a única forma de produzir inovação, tanto no campo da pesquisa aplicada e dos saberes para uso imediato, quanto no âmbito da pesquisa básica e dos conhecimentos puros e abstratos, tanto no plano do entendimento mais objetivo da vida e dos fenômenos físicos, quanto no terreno do ordenamento social e jurídico, da subjetividade, da sensibilidade e da expressão estética e cultural dos indivíduos e das coletividades.

Essa percepção do conhecimento como algo que se dá por meio do confronto e do dissenso, ao invés de nos deixar defendidos como se estivéssemos numa guerra permanente, pode, ao contrário, não só nos fazer mais capazes para a pesquisa interdisciplinar e para a prática das trocas no âmbito do saber como também nos capacitar para a convivência política e institucional produtiva e em diferença, para a afirmação das múltiplas singularidades de que se compõem os coletivos, sem prejuízo da construção em comum.

É preciso associar atitude crítica e disposição colaborativa em prol do processo contínuo de realização de uma universidade cada vez mais forte e solidária. Importa encontrar os parâmetros cada vez mais qualificados de universidade produtiva, referenciais que permitam ampliar o acesso à educação superior para as classes sociais antes afastadas, garantindo sustentabilidade à permanência dos estudantes dessas classes na Universidade. Indeclinável é a capacidade das instituições de alargarem sua incidência de ação formativa e cultural para regiões afastadas, por meio de processos de interiorização dos campi, do uso das novas tecnologias e da modalidade da educação a distância.

Não é necessário que cada uma das instituições de educação superior pratique todas as ações socializadoras possíveis. Mas é preciso que cada uma dessas instituições tenha como norte a visão complexa da realidade do presente, o entendimento da função da universidade em realidades socioculturais como a do Brasil, em sua atual condição de país emergente, mas também em seu histórico de país dependente. Histórico esse que insere o país, estruturalmente, no quadro de uma distribuição desigual das riquezas em nível planetário, de uma divisão internacional injusta do trabalho e da educação, de uma partilha desequilibrada das possibilidades de justiça social e de felicidade dos povos.

A prática da docência e a da administração universitária ensinam que a noção de qualidade da educação superior não pode mais ser vista de um único modo. Ao contrário, há vários parâmetros possíveis. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que a UNIRIO elaborou em 2006 valorizava, destacadamente, o senso de justiça social e a atitude cidadã na orientação formativa dos estudantes de nossa Universidade.

De fato, a qualidade do ensino, da pesquisa, inovação, da extensão e das ações no âmbito da cultura não é algo neutro, que só dependa de conteúdos de conhecimento supostamente objetivos e que se associe apenas a certos fazeres a serem dominados pelo aprendiz em seu percurso na Universidade. A qualidade da educação superior não se dissocia dessa dimensão de transmissão de saberes e de capacitação profissional. Mas a qualidade da formação tem a ver também com as opções políticas que embasam as disciplinas, com o senso crítico a ser desenvolvido no discente em relação ao campo profissional em que atuará, com a capacidade dos cursos para flexibilizar seus currículos, de modo a aproveitar o conjunto das experiências dos estudantes na extensão, na pesquisa, na inovação, na vida política e cultural da Universidade e da sociedade, como parte do percurso formativo e da integralização curricular.

Com a redemocratização da vida política e das instituições públicas no Brasil a partir dos anos 1980, começamos pouco a pouco a praticar os processos de consulta às comunidades universitárias para a escolha de seus gestores. Na UNIRIO, vivemos um processo gradativo de aprendizagem e de amadurecimento da prática democrática de eleição de nossos reitores e de dirigentes de unidades.

Mas a luta pelo aperfeiçoamento da democracia não é apenas algo interno a cada Universidade. Diz respeito ao conjunto das universidades públicas e privadas, à relação das instituições de ensino superior entre si, à relação dessas instituições com os órgãos nacionais, estaduais e municipais responsáveis pelas políticas públicas associadas à Educação. O processo de fortalecimento de uma perspectiva democrática na escolha dos dirigentes das universidades federais se insere na dinâmica e no contexto histórico da busca de qualificação da democracia, entendida como ampliação de direitos para os vários setores da população. A democracia na livre escolha de dirigentes não se dissocia da democracia como visão de sociedade, de universidade, de comunidade universitária, de solidariedade social e humana que desenvolvemos no plano nacional e regional.

É imprescindível o fortalecimento gerencial da UNIRIO e a melhora progressiva da capacidade da instituição para alcançar resultados, a partir de diretrizes claras, formuladas em documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional. Verificar se as metas e os objetivos livremente programados são efetivamente cumpridos é a matéria dos processos de autoavaliação das universidades por meio de suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Essa verificação é também o objeto da avaliação externa da instituição, bem como da avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Essa orientação visa, em primeiro lugar, à maior eficiência na obtenção de resultados, mas cria também o ambiente amplamente favorável à construção e revisão permanente de nossos planos e de nossos procedimentos de ação coletiva, de nossa prática de interlocução entre os vários segmentos (discentes, técnico-administrativos e docentes), entre os vários grupos de opinião.

Essa cultura pode nos levar a enxergar coletivamente e de modo sistemático as dificuldades e demandas dos vários centros acadêmicos, das várias escolas, dos diversos setores da administração e dos órgãos suplementares.

Sabemos que inúmeras razões podem explicar as dificuldades enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para executar orçamentos novos e altos, como os do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Isso ocorreu porque as instituições não estavam estruturadas e preparadas para a agilidade administrativa e gerencial que teriam que ter tido num contexto de crescimento intensificado.

Essas dificuldades não devem e não podem nos fazer esmorecer, mas devem nos levar a reunir forças para avançar a cada dia, reencontrando sempre em nossas ações o sentido histórico, social e solidário da luta em que nos empenhamos.

Considerando os aspectos mais gerais da Universidade e de sua gestão, há na UNIRIO hoje parâmetros mais claros do que em outros tempos para a nossa discussão interna, para que possamos nos posicionar quanto a princípios e pressupostos adotados. A UNIRIO como coletividade universitária e a sua administração central fizeram opções políticas, programáticas, educacionais, no campo da graduação, da extensão, da cultura, da pós-graduação, da pesquisa, da internacionalização, da mobilidade acadêmica, da educação a distância, da sustentabilidade e da manutenção do estudante na Universidade. É claro que as opções podem ser mais ou menos criticadas. É claro também que as críticas e as diferenças de avaliação são fundamentais para o sentido mesmo da convivência universitária e para nosso crescimento comum, para nossa capacitação progressiva para o cumprimento de nossa função social. Mas o que importa é que orientações e parâmetros, opções políticas, pedagógicas e culturais claras sejam assumidas, explicitadas, defendidas pela Universidade e por seus gestores. É a partir desse referencial que os debates podem-se dar, os ajustes de rumo podem-se fazer. Nesse sentido, a comunidade da UNIRIO entende seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um compromisso, uma direção e uma plataforma dinâmica na qual se reúnem propósitos, planos de ação e princípios a serem sempre revistos e reelaborados, com a segurança de quem tem pontos de vista e pontos de partida sólidos.

## I.3. Missão

Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade ¹

## I.4. Visão

Ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.

## I.5. Princípios

A UNIRIO rege-se pelos seguintes princípios:

I. Conduta ética;

II. Humanismo;

III. Democracia e participação;

IV. Pluralismo teórico-metodológico;

V. Universalidade do conhecimento;

VI. Interdisciplinaridade do conhecimento;

VII. Excelência;

VIII. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão;

IX. Inserção regional, nacional e internacional;

X. Natureza pública;

XI. Gratuidade do ensino de Graduação; e

XII. Sustentabilidade

## I.6. Objetivos Gerais

São objetivos gerais da UNIRIO[[1]](#footnote-1):

I. Produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;

II. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;

III. Propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;

IV. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na instituição;

V. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

# II. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL, A ORGANIZAÇÃO, UNIDADES OPERACIONAIS

## II.1. Estrutura Organizacional

A UNIRIO está organizada de acordo com uma estrutura de funcionamento matricial que contempla os macroprocessos finalísticos de ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura.

O Quadro 1 abaixo apresenta as áreas mais estratégicas de gestão da UNIRIO, suas principais competências, os titulares responsáveis .

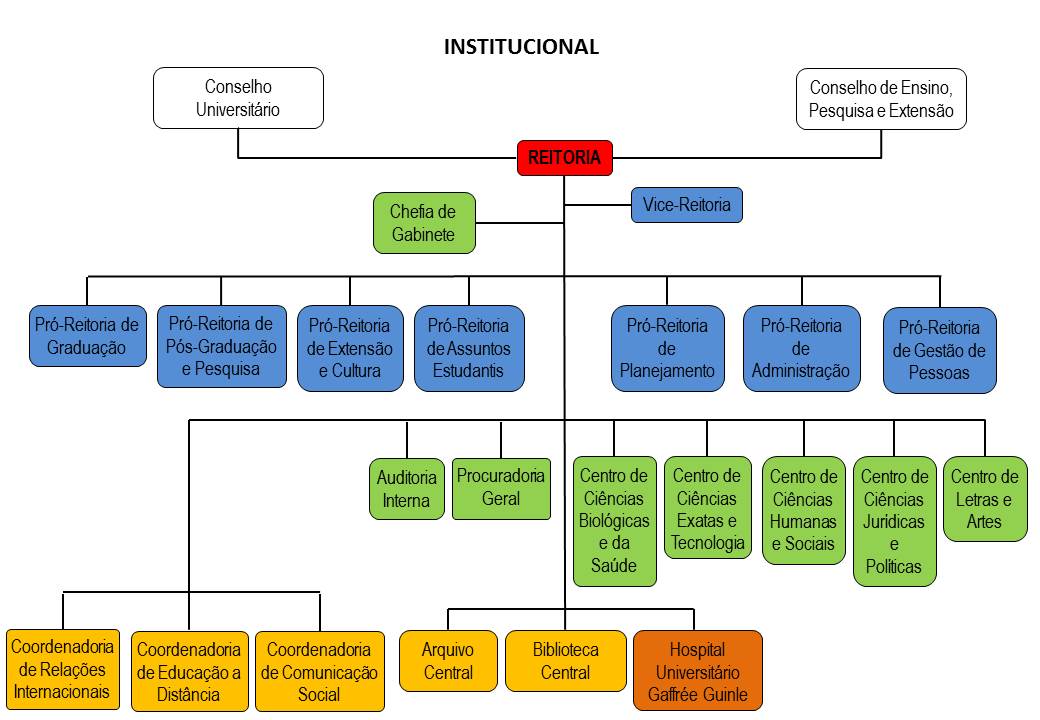
Quadro 1 - Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ÁREAS/**  **SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS** | **COMPETÊNCIAS** | **CARGO** |
| AUDITORIA INTERNA | Instruir a Reitoria no exercício da supervisão e controle das atividades de administração contábil, financeira, técnica e administrativa | Chefe da Auditora Interna |
| Avaliar o desempenho das unidades em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para as mesmas |
| Oferecer assistência aos auditores de órgãos externos, como CGU e TCU, em visitas à Universidade, e acompanha suas recomendações. |
| PROCURADORIA GERAL | Representar a UNIRIO judicial e extrajudicialmente | Procurador (a) Geral |
| Desenvolver atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Administração Superior. |
| COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | Divulgar, interna e externamente, o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica. | Coordenador (a) |
| Organizar eventos do Gabinete da Reitoria da Universidade e apoiar a realização de eventos da Universidade - gestão de cerimonial em eventos |
| Produzir e divulgar conteúdo relacionado à Universidade |
| Atender à imprensa e indicar especialistas para tratar de assuntos demandados por veículos de comunicação |
| COORDENADORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | Estimular e apoiar o processo de internacionalização, por meio de suporte administrativo às atividades de mobilidade acadêmica e cooperação internacional | Coordenador (a) |
| Planejar, a execução e a avaliação da política de cooperação internacional entre a UNIRIO e outras instituições |
| COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA | Promover ações voltadas à viabilização de cursos à distância e disciplinas na modalidade semipresencial | Coordenador (a) |
| PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO | Promover o desenvolvimento das atividades de graduação da Universidade | Pró-Reitor (a) |
| Consolidar os cursos de graduação para que possam atingir a excelência na formação dos alunos |
| Administrar a política de lotação e contratação docente |
| Estimular e viabilizar a integração da Universidade com diferentes setores da sociedade, por meio de convênios com a finalidade de proporcionar estágio aos estudantes |
| PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA | Formular políticas, gerenciar e avaliar ações, projetos e programas de extensão universitária | Pró-Reitor (a) |
| Definir uma política cultural para a Universidade. |
| Promover a integração da comunidade universitária |
| Viabilizar atividades acadêmicas, literárias, esportivas, recreativas, culturais e de lazer |
| PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA | Coordenar a elaboração de políticas de desenvolvimento | Pró-Reitor (a) |
| Promover o desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação |
| Apoiar a formação de recursos humanos |
| Incentivar a capacitação e o aprimoramento do corpo institucional técnico e docente |
| PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS | Coordenar as ações de assistência estudantil. | Pró-Reitor (a) |
| Estimular o comprometimento de estudantes e servidores com o ensino público, gratuito, de qualidade e com as demandas oriundas da sociedade brasileira |
| Dar suporte aos discentes por meio dos seguintes projetos: Bolsa Permanência; Auxílio-Alimentação; Auxílio Moradia; Projeto de Transporte *Inter campi*; Projeto de Alimentação para toda comunidade universitária; Núcleo de Apoio Psicossocial; Apoio a participação nos eventos da Política Estudantil; Atividades Culturais e de Esporte |
| PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO | Coordenar os serviços da Universidade | Pró-Reitor (a) |
| Supervisionar a gestão financeira e patrimonial |
| Acompanhar e executar o orçamento |
| PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | Melhorar as condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos | Pró-Reitor (a) |
| Contribuir na realização de ações e de projetos voltados ao desenvolvimento da Universidade, atingindo diretamente a satisfação dos seus trabalhadores e a qualidade do serviço prestado |
| Planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e as políticas voltadas ao desenvolvimento do servidor, de modo a incentivá-lo e valorizá-lo como sujeito (autônomo, reflexivo e consciente) do seu processo de trabalho |
| Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos |
| Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais |
| PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO | Coordenar a elaboração e o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) | Pró-Reitor (a) |
| Coordenar a elaboração e o acompanhamento do Plano de Governança, Gestão de Riscos e controles Internos (PGERCI) |
| Coordenar a elaboração e o acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) |
| Coordenar a elaboração do Plano de Acessibilidade (PLACES) |
| Coordenar a elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) |
| Promover a dinamização da gestão universitária, com a padronização de processos organizacionais e a simplificação de rotinas de trabalho. |
| Promover a transparência organizacional, em conjunto com os demais órgãos da administração superior |
| Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e o acompanhamento da sua execução, através de interação com as unidades organizacionais e interlocução com os setores competentes do Governo Federal. |
| Manter atualizadas, publicar e facilitar a disseminação das informações institucionais, encaminhando-as aos setores demandantes do MEC e dos Órgãos de Controle do Governo Federal, quando requisitadas |
| Elaborar, através de captação de dados junto às unidades organizacionais, o Relatório de Gestão Anual, e publicá-lo após a aprovação do Conselho Universitário, bem como o Relatório de Atividades e o CENSup |
| Elaborar, em conjunto com as demais Pró-Reitorias, o Calendário Universitário Anual, e publicá-lo após a aprovação dos Conselhos Superiores |
| Promover, em conjunto com a CPA, a avaliação institucional |
| Desenvolver, em conjunto com o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação a política de informática da UNIRIO |
| CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE | Planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura | Decano (a) |
| Promover o desenvolvimento científico e tecnológico |
| Atuar de forma inter e multidisciplinar em pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Biomedicina, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Enfermagem, Medicina e Nutrição |
| CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA | Planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura | Decano (a) |
| Promover o desenvolvimento científico e tecnológico |
| Atuar de forma inter e multidisciplinar em pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Estatística, Engenharia, Informática e Matemática |
| CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | Planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura | Decano (a) |
| Promover o desenvolvimento científico e tecnológico |
| Atuar de forma inter e multidisciplinar em pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Educação, Filosofia, História, Museologia, Serviço Social e Turismo |
| CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS | Planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura | Decano (a) |
| Promover o desenvolvimento científico e tecnológico |
| Atuar de forma inter e multidisciplinar em pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Administração Pública, Ciências Jurídicas e Ciência Política |
| CENTRO DE LETRAS E ARTES | Planejar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura | Decano (a) |
| Promover o desenvolvimento científico e tecnológico |
| Atuar de forma inter e multidisciplinar em pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Letras, Música e Teatro |
| ARQUIVO CENTRAL | Coordenar o sistema de Arquivo de toda a Universidade | Diretor (a) |
| Supervisionar e coordenar as atividades dos Arquivos Setoriais |
| Prestar serviço na área de preservação, conservação e restauração de documentos |
| Proporcionar Estágio Supervisionado para o Curso de Arquivologia |
| BIBLIOTECA CENTRAL | Prestar suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária e de apoio à Administração Superior, integrando-se à estrutura acadêmico-administrativa e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, em âmbito nacional e internacional | Diretor (a) |
| HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINLE | Promover assistência à saúde com excelência | Superintendente |
| Formar e qualificar recursos humanos para a valorização da vida |
| Produzir conhecimento de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão |

Fonte: PROPLAN, 2017.

## II.2. Organograma Institucional

Figura 1 - Organograma Institucional



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021.

## II.3. A Instituição

A UNIRIO, através da Portaria MEC nº 1.984, de 29/10/1991, publicada no D.O.U. em 30/10/1991, teve estabelecido o quantitativo dos Cargos de Direção (CD) e das Funções Gratificadas (FG). Posteriormente, de acordo com a Portaria MEC nº 1.109, de 04/09/2008, estes quantitativos foram aumentados por ocasião da adesão ao Programa REUNI; ao longo do tempo, a UNIRIO tem adaptado sua estrutura de forma a melhor atender às suas necessidades e se adequar à demanda. A partir de novembro der 2012 foram recebidos pela Instituição as Funções de Coordenação de Curso de Graduação e Pós-Graduação (FCC-G e FCC-P).

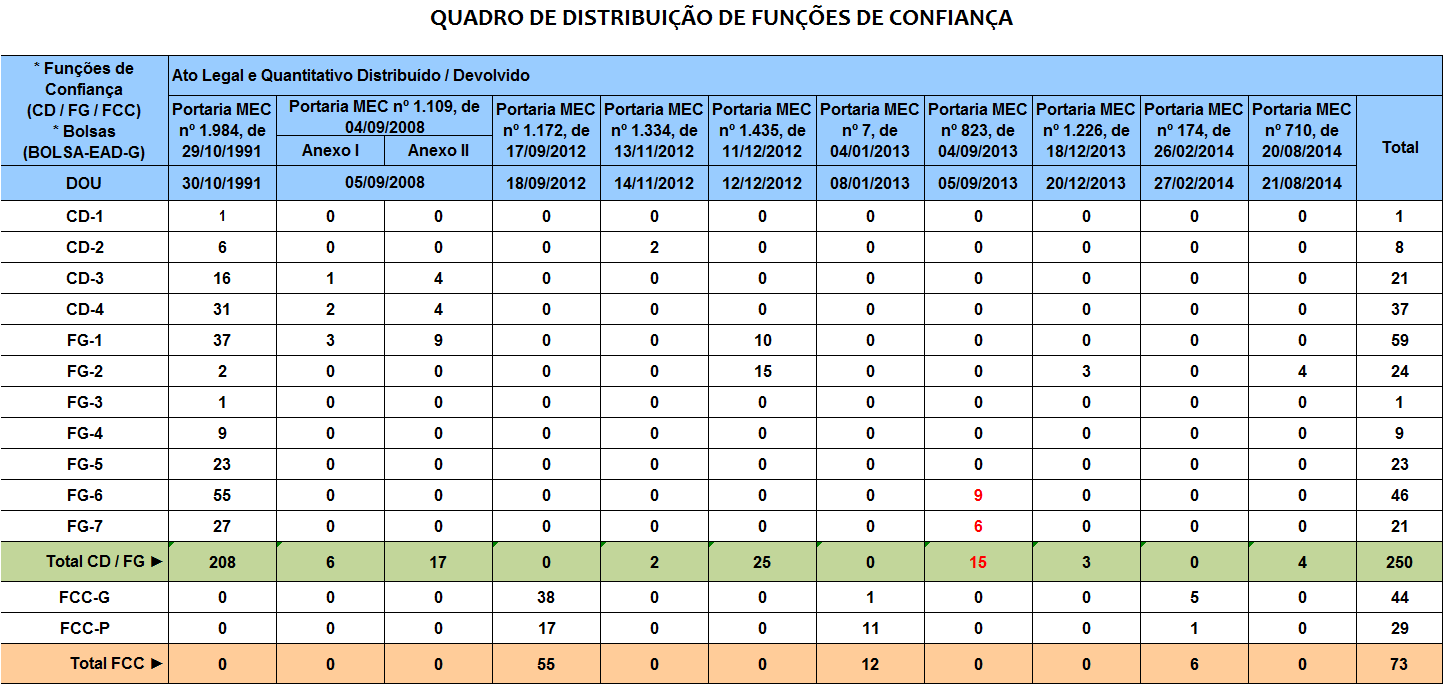
A atual Estrutura Organizacional tem como referencial os limites de Cargos de Direção e Funções Gratificadas, estabelecidos de acordo com a seguinte distribuição:

• 67 Cargos de Direção (CD)

• 183 Funções Gratificadas (FG)

* 73 Funções de Coordenação de Curso de Graduação e Pós-Graduação (FCC)

Quadro 2 - Quadro de Distribuição de Funções de Confiança



Fonte: PROPLAN/DAINF - Boletim Interno nº 24/2016.

## II.4. Unidades Superiores

Os Conselhos Superiores são:

* Conselho Universitário – CONSUNI
* Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho Universitário – CONSUNI – é o órgão máximo de deliberação coletiva da UNIRIO, observado o princípio da gestão democrática, conforme legislação em vigor. Compõem este órgão:

I. Reitor, seu Presidente;

II. Vice-Reitor, seu Vice-Presidente;

III. Reitor que haja cumprido na íntegra o mandato imediatamente anterior;

IV. Pró-Reitores;

V. Decanos dos Centros Acadêmicos;

VI. Diretores das Unidades Suplementares;

VII. Três representantes de cada categoria docente do quadro permanente, por Centro Acadêmico, eleitos por seus pares;

VIII. Seis representantes técnico-administrativos do quadro permanente da UNIRIO, eleitos por seus pares; (Resolução 3.745, de 28/9/2011)

IX. Um representante estudantil da graduação, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;

X. Dois representantes estudantis da pós-graduação *stricto sensu*, eleitos por seus pares;

XI. Três representantes da comunidade externa, vinculados a áreas de interesse da UNIRIO, indicados pelo Reitor e aprovados pelo CONSUNI;

XII. Um representante da Associação de Docentes da UNIRIO, Seção Sindical – ADUNIRIO;

XIII. Um representante da Associação dos Trabalhadores em Educação da UNIRIO – ASUNIRIO.

Ao Conselho Universitário compete:

I. Deliberar sobre:

a. proposta orçamentária da UNIRIO e suas alterações;

b. prestação de contas anual da UNIRIO e de suas fundações de apoio;

c. taxas e emolumentos;

d. aquisição, alienação, cessão, locação e transferência de bens imóveis;

e. concessão de prêmios, distinções e dignidades universitárias;

f. mérito administrativo para criação, extinção e modificação de órgãos e funções;

g. mérito administrativo para criação, modificação e extinção de projetos intercentros;

h. critérios para ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa;

i. ato do Reitor praticado *ad referendum* do CONSUNI;

j. casos omissos.

II. Julgar recursos às decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho de Centro Acadêmico e da Reitoria.

III. Elaborar e aprovar seu Regimento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE – é o órgão superior em matéria acadêmica, observado o princípio da gestão democrática, conforme legislação em vigor. Compõem este órgão:

I. Reitor, seu Presidente;

II. Vice-Reitor, seu Vice-Presidente;

III. Pró-Reitores;

IV. Decanos;

V. Diretores de Escolas e Institutos;

VI. Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;

VII. Um representante de cada categoria docente do quadro permanente, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;

VIII. Um representante docente de programa de pós-graduação *stricto sensu*, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;

IX. Seis representantes técnico-administrativos do quadro permanente, que atuem preferencialmente na área acadêmica, eleitos por seus pares;

X. Um representante estudantil dos cursos de graduação, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;

XI. Um representante estudantil dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;

XII. Um representante estudantil do Diretório Central dos Estudantes – DCE;

XIII. Um representante da Associação dos Docentes da UNIRIO, Seção Sindical – ADUNIRIO.

XIV. Um representante da Associação dos Trabalhadores em Educação da UNIRIO – ASUNIRIO.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, compete

I. Deliberar sobre:

a. mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de Cursos de Educação Superior, programas e projetos intercentros;

b. mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de órgãos e funções;

c. critérios para ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa;

d. normas complementares sobre matéria acadêmica;

e. ato do Reitor praticado ad referendum do Conselho;

f. casos omissos.

II. Julgar recursos das decisões proferidas pelo Conselho de Centro Acadêmico, em matéria acadêmica.

III. Elaborar e aprovar seu Regimento.

Compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre:

I. Estatuto e Regimento Geral da UNIRIO, da Reitoria, dos Centros Acadêmicos e das Unidades Suplementares;

II. Plano de Desenvolvimento Institucional;

III. Indicação de Reitor e Vice-Reitor, como Colégio Eleitoral, nos termos da legislação vigente, com consulta prévia à comunidade universitária.

## II.5. Composição da Reitoria

As unidades operacionais da reitoria realizam as atividades-meio da Instituição, atuando em cumprimento às diretrizes e de acordo com a legislação vigente. Estas unidades têm como objetivo principal complementar as atividades acadêmicas da UNIRIO e por finalidade racionalizar, tornar eficiente e propiciar condições de melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos, atendendo às demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando sempre a melhor realização do seu papel dentro da Instituição.

A seguir temos as principais unidades operacionais ligadas às atividades acadêmicas:

* Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

A Pró-Reitoria de Graduação é responsável pela coordenação dos cursos de Graduação, acompanhamento, supervisão, e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias; supervisão das atividades didáticas; elaboração de normas e planos concernentes à concessão de bolsas de ensino de Graduação, relacionadas com o processo de formação profissional.

* Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPG)

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é responsável por coordenar a elaboração de políticas de desenvolvimento para suas áreas de atuação, pelos Projetos e Programas institucionais. Além de ter como principais objetivos promover o desenvolvimento das atividades de Pesquisa e da Pós-Graduação da UNIRIO; apoiar a formação de recursos humanos, tendo em vista a especificidade de cada área do conhecimento e a demanda das necessidades nacionais e regionais; incentivar a capacitação e o aprimoramento do corpo docente e técnico institucional; estar em contato permanente com agências de fomento à Pós-Graduação e à Pesquisa, como a CAPES e o CNPq; gerenciar a concessão de bolsas de estudo tanto para os Programas e Cursos de Pós-Graduação *– stricto* e *lato sensu* – como para os Programas de Iniciação Científica; elaborar termos de convênio com outras instituições que envolvem o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação universitária; apoiar e cadastrar Projetos de pesquisa e a produção técnico-científica; e estimular e orientar a implantação e a consecução de programas e cursos de pós-graduação de interesse social, científico e cultural.

* Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROExC)

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é responsável por um modelo político-pedagógico participativo, que prima pela busca da qualidade social, integrando as ações de extensão ao ensino, à pesquisa e a inovação, contribuindo, assim, para a formação integral dos discentes; além de formular políticas, gerenciar e avaliar as ações, projetos e programas da extensão universitária.

A PROExC é responsável por definir, acompanhar e atualizar uma política cultural para a Universidade.

* Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

A PRAE foi criada em dezembro de 2016, substituindo a Diretoria de Assistência Estudantil - DAE, mantendo  o objetivo de tratar dos aspectos relativos à política de atendimento à comunidade discente da UNIRIO.

É responsável pela coordenação das ações de assistência estudantil, com objetivo de estimular o comprometimento de estudantes e servidores com o ensino público, gratuito, de qualidade e com as demandas oriundas da sociedade brasileira.

O que norteia as ações da PRAE é o desenvolvimento programas e projetos voltados a integrar a comunidade estudantil à vida universitária, contribuindo, através de suas ações, para maior bem-estar dos estudantes e pela melhoria de seu desempenho acadêmico, com especial atenção aos discentes de graduação em vulnerabilidade social.

Estes programas incluem ações que visam mitigar as dificuldades oriundas da vulnerabilidade social na perspectiva de que possam contribuir para a não evasão e retenção destes estudantes.

Parte do trabalho desenvolvido na PRAE é dialogar com as diversas lideranças estudantis, como o Diretório Central de Estudantes - DCE, os Diretórios e Centros Acadêmicos e movimentos sociais, participando dos debates das questões que envolvem as demandas estudantis e os diversos temas políticos e sociais.

* Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI)

A Coordenadoria de Relações Internacionais é uma unidade administrativa, diretamente subordinada à Reitoria, que tem como finalidade estimular e apoiar o processo de internacionalização da UNIRIO mediante de suporte administrativo às atividades de mobilidade acadêmica e cooperação internacional.

A CRI se propõe planejar, executar e avaliar a política de cooperação internacional no contexto da UNIRIO e contribuir para a inserção desta Universidade na configuração de uma rede interinstitucional comprometida com a produção de um conhecimento voltado ao atendimento das atuais necessidades da sociedade.

* Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD)

A Coordenadoria de Educação a Distância é a unidade responsável por assegurar, assessorar, apoiar e incentivar ações em nível de ensino, pesquisa e extensão que se caracterizem pela modalidade a distância e semipresencial. Teve sua criação aprovada em 17 de março de 1994, através da Resolução nº 1168 da UNIRIO.

Durante todos esses anos, a Educação a Distância (EaD) na UNIRIO desenvolveu-se conforme as políticas nacionais que lhe ordenavam o funcionamento e financiamento. Hoje, com a participação no Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) na Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferecemos cursos em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*, além de atuar em diferentes instâncias que envolvem a EaD.

A partir deste momento, estão elencadas as unidades vinculadas às atividades administrativas:

* Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

A Pró-Reitoria de Planejamento é responsável por coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e o acompanhamento da sua execução; manter atualizadas e publicar as informações institucionais requeridas pela própria Universidade, pelo MEC e pelos Órgãos de Controle do Governo Federal, fundamentando e encaminhando as solicitações de alterações aos órgãos competentes; elaborar, em conjunto com a Auditoria Interna e através de captação de dados junto às unidades organizacionais, o Relatório de Gestão anual e publicá-lo após a aprovação dos Conselhos Superiores. Também é de responsabilidade da PROPLAN a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Plano de Gestão de Riscos Institucional (PLAGERI), Plano de Gestão Institucional (PLAGI), Plano de Acessibilidade (PLACE), além do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC) e os Relatórios Anuais de Gestão e de Atividades da Universidade.

* Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

A PROAD é uma unidade executiva da administração superior da UNIRIO. Desenvolve ações relacionadas com a gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial. Promove a aquisição de materiais e contratação de serviços para atendimento das necessidades institucionais que lhe são demandadas.

Assessora a Reitoria em assuntos referentes à área administrativa, garantindo esforços para o melhor desempenho na execução processual administrativa.

As ações da PROAD são planejadas com o objetivo de contribuir para o bom desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

* Pró-Reitoria e Gestão e Pessoas (PROGEPE)

A PROGEPE foi criada em dezembro de 2013. Hoje é o setor executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha atividades e políticas voltadas ao desenvolvimento do servidor, de modo a incentivá-lo e valorizá-lo como sujeito (autônomo, reflexivo e consciente) do seu processo de trabalho. Compete a ela contribuir na realização de ações e projetos voltados ao desenvolvimento da UNIRIO, atingindo diretamente a satisfação dos seus trabalhadores e a qualidade do serviço prestado.

* Chefia de Gabinete (CG)

A Chefia de Gabinete presta assistência direta ao reitor, sendo responsável pela organização e execução dos trabalhos administrativos do Gabinete.

Entre as atividades desenvolvidas pela CG da UNIRIO estão: assistência direta e imediata ao reitor no desempenho de suas funções; atendimento às solicitações do reitor em caráter permanente e ininterrupto; representação institucional; coordenação das atividades de agenda, planejamento de viagens e visitas no país e no exterior; elaboração, coordenação e garantia da execução da agenda do reitor em consonância com suas metas e prioridades; atendimento ao público interno e externo, que apresentem demandas ao reitor; registro e acompanhamento dos compromissos públicos do reitor; produção/organização das informações e elaboração de textos para subsidiar a tomada de decisões em audiências, entrevistas, viagens e compromissos de agendas internas e externas.

* Auditoria Interna (AUDIN)

Tem por competência assessorar a Reitoria no exercício da supervisão e controle das atividades de administração contábil, financeira, técnica e administrativa, no âmbito da UNIRIO. Avalia o desempenho das unidades em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para as mesmas. A AUDIN oferece assistência aos auditores de órgãos externos, como CGU e TCU, em visitas à Universidade, e acompanha suas recomendações.

* Procuradoria Geral (PG)

A Procuradoria Geral (PG) tem como competência representar a UNIRIO judicial e extrajudicialmente, bem como desenvolver atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Administração Superior, de acordo com o disposto no art.17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que instituiu a Advocacia Geral da União (AGU).

* Comunicação Social (COMSO)

A Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO) é responsável pela divulgação, interna e externa, do conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UNIRIO, pelo planejamento e organização de eventos do Gabinete da Reitoria da Universidade, e pelo apoio à realização de eventos da Universidade.

As atividades desenvolvidas pela COMSO incluem a produção e divulgação de conteúdo relacionado à Universidade; o atendimento à imprensa e indicação de especialistas para tratar de assuntos demandados por veículos de comunicação; gestão de cerimonial em eventos, entre outras.

## II.6. Unidades Suplementares

* Arquivo Central (AC)

Os arquivos que compõem os sistemas de Arquivo Central são o suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e de apoio à máquina administrativa da UNIRIO e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, de âmbito nacional e internacional. O acervo geral dos arquivos da UNIRIO constitui-se de toda a informação produzida e adquirida pela Universidade cujo caráter seja privado, de memória cultural e de disseminação técnica, científica e artística.

* Biblioteca Central (BC)

Cuidar do patrimônio informacional da UNIRIO, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo seu acesso e preservação, esteja ele registrado em qualquer tipo de suporte. E, dessa forma, fornecer suporte informacional indispensável ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da Universidade.

* Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG)

Prestar assistência complexa e hierarquizada com excelência; priorizar a prática do ensino para formação e qualificação de recursos humanos para a valorização da vida; produzir conhecimento de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. Tal missão deve ser levada a cabo valorizando os princípios da ética, do humanismo, da responsabilidade social, do pioneirismo, da inovação, da competência pessoal, do compromisso institucional e da busca perene pela qualidade.

A prática da missão institucional deve ser feita com austeridade na gestão do patrimônio público por meio da racionalização de recursos e da otimização dos resultados.

## II.7 . Centros Acadêmicos

O Centro Acadêmico é a unidade onde são planejadas, executadas e avaliadas as atividades administrativas e acadêmicas.

Os Centros Acadêmicos existentes na UNIRIO são:

I – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS;

II – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET;

III – Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH;

IV – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP; e

IV – Centro de Letras e Artes – CLA.

São órgãos diretores do Centro Acadêmico:

I – Conselho do Centro;

II – Decania.

O Conselho do Centro Acadêmico tem funções deliberativa e normativa em sua área de atuação, observado o princípio da gestão democrática, conforme legislação em vigor compõe-se de:

I – Decano, seu presidente;

II – dirigentes dos diversos órgãos;

III – representantes Docentes, Técnico-Administrativos e Discentes.

A Decania é o órgão executivo que coordena, administra e supervisiona todas as atividades do Centro Acadêmico. É dirigido por um Decano, nomeado pelo Reitor na forma prevista pela legislação vigente. O Decano do Centro é substituído em suas ausências e impedimentos por um dirigente de órgão, por ele indicado e designado pelo Reitor.

O Centro Acadêmico constitui-se de:

I – Escolas, Institutos e Faculdades;

II – Departamentos Acadêmicos;

III – Programas de Pós-Graduação;

IV – Coordenações Acadêmicas.

A criação, modificação ou extinção de órgãos do Centro Acadêmico são de competência dos Conselhos Superiores, por proposta e parecer da Reitoria.

# III. APRESENTAÇÃO

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

É um tema ainda pouco difundido, apesar de sua inegável relevância. Considerando que ela gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças culturais e atitudinais. Assim, as decisões governamentais e as políticas púbicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

A fim de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, este projeto proporcionará a implementação de medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas poderão incluir a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

Atrelados ao Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011, em que o Governo Federal ressaltou o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo nosso país com equivalência de emenda constitucional, procuraremos com este levantamento no Estado do Rio de janeiro, avançar na implementação dos apoios necessários ao pleno e efetivo exercício da capacidade legal por todas as pessoas com deficiência.

Atualmente, 45,6 milhões de pessoas declaram possuir algum tipo de deficiência, segundo o Censo do IBGE /2010. Por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade, esperamos poder contribuir com a sociedade civil.

# IV. DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Direitos Humanos: Os princípios históricos dos direitos humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz, fundamentada na justiça, na igualdade e na liberdade. Os direitos humanos também são irrevogáveis, intransferíveis e irrenunciáveis. O reconhecimento e a incorporação dos Direitos Humanos no ordenamento social, político e jurídico brasileiro resultam de um processo de conquistas históricas, que se materializaram na Constituição de 1988. Os anos seguintes à promulgação da Constituição foram riquíssimos, uma bem-sucedida articulação entre sociedade civil, parlamentares e organizações internacionais resultou na aprovação de leis históricas: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Sistema Único de Saúde - SUS, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, entre outras. A terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 de 2010 representa um passo largo no processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Entre seus avanços destaca-se, a transversalidade e interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos.

Diversidade Humana: Pessoa com deficiência é aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. São pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo entre outras.

# V. CLASSIFICAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS

**Deficiência Física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**Deficiência Auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

**Deficiência Visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**Deficiência Intelectual:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. − Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

**Desenho Universal:** Significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O "Desenho Universal" não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

**Sustentabilidade:** pode ser definida como a capacidade do ser humano interagir com o mundo preservando o meio ambiente sem comprometer os recursos naturais das gerações futuras. O Conceito de Sustentabilidade deve integrar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais. Portanto, um ambiente sustentável deverá ser acessível.

**Mobilidade Urbana:** Condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano. Os princípios da mobilidade urbana são: − Acessibilidade universal; − Desenvolvimento sustentável das cidades nas dimensões socioeconômicas e ambientais; − Igualdade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; − Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; − Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; − Segurança nos deslocamentos das pessoas; − Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso de diferentes modos e serviços; − Igualdade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; − Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

**Barreiras:** A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em seu preâmbulo cita a deficiência como: resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras, devido às atitudes e ao ambiente, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Constituem barreiras visíveis todos os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade aos espaços. As invisíveis constituem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representadas pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades.

**Ajudas Técnicas:** São os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Também são considerados ajudas técnicas os cães-guia e os cães-guia de acompanhamento. E ainda, os elementos ou equipamentos definidos como ajudas técnicas deverão ser certificados pelos órgãos competentes, ouvidas as entidades representativas das pessoas com deficiência. Esse termo também pode ser denominado “Tecnologia Assistiva”. Segundo a Organização Internacional de Normalização (ISO), as Ajudas Técnicas encontram-se agrupadas da seguinte forma: I. Auxiliares de Tratamento e Treino – ISO 03 II. Próteses e Órteses – ISO 06 III. Ajudas para Cuidados Pessoais e Higiene – ISO 09 IV. Ajudas para a Mobilidade – ISO 12 V. Ajudas para Cuidados Domésticos – ISO 15 VI. Mobiliário e Adaptações para Habitação e outros Locais – ISO 18 VII. Ajudas para Comunicação, Informação e Sinalização – ISO 21 VIII. Ajudas para Manuseamento de Produtos e Mercadorias – ISO 24 IX. Ajudas e Equipamentos para Melhorar o Ambiente, Ferramentas e Máquinas – ISO 27 X. Ajudas para Recreação – ISO 30.

# VI. POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se reconhecido mundialmente pela mudança de paradigma nas questões relativas às pessoas com deficiência, a partir do marco legal introduzido com a Constituição Federal e as leis infraconstitucionais, que ensejaram a ascensão da promoção e garantia dos direitos individuais e coletivos para efetivação da sua inclusão social, no âmbito maior dos direitos humanos.

Para além das mudanças legislativas, o Estado brasileiro passou a desenvolver ações que permitem transformar o modelo assistencialista, tradicionalmente limitante, em condições que possibilitem às pessoas com deficiência exercerem a posição de protagonistas de sua emancipação e cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do país.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por intermédio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD, responsável pela condução das políticas públicas relativas às pessoas com deficiência, tem envidado esforços para desenhar e implantar programas capazes de propiciar a inclusão desse segmento. Além disso, trabalha no intuito de construir uma política de natureza estruturante, que modifique a lógica de intervenções pontuais e isoladas. Portanto, busca disseminar no Brasil a transversalidade do tema da deficiência, apoiada no planejamento e na execução de ações integradas com todos os órgãos federais, em pactuação com os Governos Estaduais e Municipais e recebendo a contribuição dos conselhos de direitos e da sociedade civil organizada.

Neste sentido, o Plano de Acessibilidade surgiu da necessidade institucional de garantir a acessibilidade a toda à comunidade e também de atender ao que define o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIRIO, para a área. Destaca-se que o PDI foi aprovado pelos Conselhos Superiores em 9 de maio de 2017 e tem sua vigência até dezembro de 2021.

A Reitoria designou uma comissão formada por servidores de diversas unidades, presidida pelo Vice-Reitor, Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso para a formulação da política e do plano de acessibilidade da Universidade. Esse grupo foi denominado de Comissão Permanente de Acessibilidade, instituída pela Portaria nº 740, de 11 de agosto de 2016.

Esse plano tem a intenção de fornecer diretrizes às unidades da Universidade, no atendimento do que as leis exigem nesta área. Esse é um trabalho de relevância estratégica, pois busca integrar todas as pessoas com limitações ao dia a dia da Instituição.

O documento aborda pontos como educação, inclusão e acessibilidade no ensino superior; marcos orientadores; análise da situação na Institucional; plano de ações; considerações finais e referências.

Conforme registrado no referido Plano, seu objetivo geral é articular, fomentar e consolidar uma política de acessibilidade e inclusão na UNIRIO provendo a adequação frente às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, informação e comunicação, a fim de promover a acessibilidade e permanência dos alunos, docentes e técnico-administrativos com deficiência na comunidade universitária.

O documento apresenta ações a curto, médio e longo prazos, que acompanham o prazo final do PDI (até 2021), com suas metas, bem como as unidades a serem envolvidas na sua implementação.

# VII. ACESSIBILIDADE

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trata da acessibilidade como um meio de assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, tanto na zona urbana como na rural. Ela deve estar presente: no meio Físico, no transporte, na Comunicação e Prestação de Serviços e na informação.

## VII.1. Acessibilidade no Meio Físico

Uma sociedade que busca a inclusão e o respeito aos direitos de todas as pessoas deve ser aquela que considera a diversidade humana no atendimento às suas necessidades espaciais, planejando espaços urbanos acessíveis que permitam uma relação de bem estar do indivíduo com o meio em que ele vive. A acessibilidade deve estar presente nas edificações, nos espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos. “A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas no Decreto 5.296/2004”.

A norma brasileira que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos é a ABNT- NBR 9050.10 A norma da ABNT sobre a classificação de Equipamento Urbano é a NBR 9284. Ela define e classifica o equipamento urbano, por categorias e subcategorias, segundo sua função predominante.

* Circulação e Transporte − estacionamento, logradouros públicos e vias especiais − vias, terminais e estações do sistema de transporte em suas diversas modalidades.
* Cultura e Religião − biblioteca, centro cultural, centro de convenção, cinema, concha acústica, jardim botânico; − jardim zoológico, horto florestal, museu, teatro, templo, cemitério e crematório.
* Esporte e Lazer − autódromo, kartódromo; campo e pista de esportes; estádio e ginásio de esporte, hipódromo, marina; − parque, praça, clube, piscina pública;
* Infraestrutura − sistema de comunicações: correios e telégrafos, rádio e televisão, telefonia; − sistema de energia: combustível doméstico canalizado, energia elétrica; − sistema de saneamento: abastecimento de água, esgotamentos sanitário e pluvial, limpeza urbana, lavanderia coletiva; − segurança pública e proteção - corpo-de-bombeiros, delegacia, instalações militares, posto policial, posto de salvamento;
* Abastecimento - central de abastecimento, armazém, mercado municipal, supermercado, posto de abastecimento de veículos;
* Administração Pública - sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Palácio do Governo, Prefeitura, Câmara e Fórum).
* Assistência Social - instituições de longa permanência e de acolhimento familiar, unidades destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas, centro social e comunitário, creche, penitenciária.
* Educação - colégio, escola, escola técnica, faculdade, universidade.
* Saúde - ambulatório, centro de saúde, hospital, posto de saúde.

E ainda a norma da ABNT sobre classificação Mobiliário Urbano é a NBR 9283. Ela define e classifica o mobiliário urbano, por categorias e subcategorias, segundo sua função predominante.

Classificação de Mobiliário Urbano:

* Circulação e Transporte - abrigo, ponto de ônibus, acesso ao metrô, acostamento para paradas em geral, bicicletário, calçada, elemento condicionador de tráfego (gelo baiano, quebra mola, “ilha”, canteiro central), espelho parabólico, parquímetro, passagem subterrânea, passarela, pavimentação, pequeno ancoradouro (trapiche, cais, píer), rampa, escadaria, semáforo, sinalização horizontal.
* Cultura e Religião: − arquibancada, palanque, coreto, escultura, marco, mastro, monumento, mural, obelisco, painel, pira, plataforma, palco, placa comemorativa; − cruzeiro, estatuária, estação de via sacra, oratório.
* Esporte e Lazer − quadras de esportes; − aparelho de televisão coletivo, brinquedo, churrasqueira, circo, mesa, assentos, parque de diversões, playground.
* Infraestrutura − sistema de Comunicações: caixa de correio, cabine telefônica, orelhão, estrada de galeria telefônica, tampão, posteação, fiação, torre, antena. − sistema de energia: entrada de galeria de gás, tampão, entrada de galeria de luz e força, tampão, posteação, fiação, torre, respiradouro. − sistema de iluminação pública: luminária, poste de luz, fiação. − sistema de saneamento: bebedouro bica; chafariz, fonte, tanque; entrada de galeria de águas, tampão; grade, tampa, outras vedações; lixeira; respiradouro ; sanitário público.
* Segurança Pública e Proteção - balaustrada, cabine (policial, vigia), defensa, frade, grade, gradil, guarita, hidrante, muro, mureta, cerca, posto salva-vidas.
* Abrigo: abrigo, refúgio, caramanchão, pavilhão, pérgula, quiosque.
* Comércio: banca, barraca, carrocinha, trailer.
* Informação e comunicação visual: posto, cabine, anúncios, (cartaz, letreiro, painel, placa, faixa), relógio, relógio-termômetro eletrônico, sinalização (placa de logradouro e de informação).
* Ornamentação da Paisagem e Ambientação Urbana: arborização, banco, assento, calçadão, canteiro, chafariz, fonte, escultura, estátua, espelho d’água, jardineira, vaso, mirante, obelisco, queda d’ água.

## VII.2. Acessibilidade nos Transportes

As cidades são tão configuradas pelo movimento quanto pelas edificações. O movimento inclui transporte de bens, a distribuição de serviços e os deslocamentos diários dos indivíduos em seus bairros e entre seus lares e locais de trabalho. O caráter de um espaço urbano muitas vezes é determinado por tipos, maneiras e velocidades de fluxos em seu interior.

A redução de acidentes e da mortalidade associados ao trânsito parece ser um forte argumento para a adoção dos princípios do Espaço Compartilhado, mas a realidade é bem mais complexa. Os grupos que representam as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, os cegos e as pessoas de baixa visão têm sido radicalmente contra esse sistema, argumentando que os meio-fio e guarda-corpos podem ser importantes ferramentas de orientação nas ruas para essa parcela da população.

A falta de calçadas é boa para pessoas em cadeiras de rodas, mas pode ser desconcertante para pessoas cegas. Devemos considerar também que os comportamentos sociais, em relação ao compartilhamento e respeito ao próximo, nas cidades brasileiras, devem melhorar para viabilizar a adoção de soluções como o Espaço Compartilhado.

Ela será um importante passo rumo à responsabilidade mútua e ao espírito comunitário da nossa população, solução que deverá figurar como um dos principais objetivos do desenho urbano. Para fins de Acessibilidade nos transportes o Decreto Federal nº 5.296 considera:

Art. 31. Para os fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação.

Art. 32. Os serviços de transporte coletivo terrestre são: I - transporte rodoviário, classificado em urbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual; II - transporte metroferroviário, classificado em urbano e metropolitano; e III - transporte ferroviário, classificado em intermunicipal e interestadual.

Art. 33. As instâncias públicas responsáveis pela concessão e permissão dos serviços de transporte coletivo são: I - governo municipal, responsável pelo transporte coletivo municipal; II - governo estadual, responsável pelo transporte coletivo metropolitano e intermunicipal; III - governo do Distrito Federal, responsável pelo transporte coletivo do Distrito Federal; e IV - governo federal, responsável pelo transporte coletivo interestadual e internacional.

Art. 34. Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.

As adaptações dos veículos em operação nos serviços de transporte coletivo aquaviário, bem como os procedimentos e equipamentos a serem utilizados nestas adaptações, estarão sujeitas a programas de avaliação de conformidade desenvolvidos e implementados pelo INMETRO, a partir de orientações normativas elaboradas no âmbito da ABNT.

Sobre o INMETRO, o Programa de Acessibilidade do INMETRO 44 que tem como objetivo garantir que os transportes públicos, nos modais rodoviário e aquaviário, estejam acessíveis a toda a população brasileira e, em especial, aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. Seguem adiante as resoluções, regulamentos e portarias relativas aos transportes:

Resoluções:

* ABNT NBR 14022 - Resolução Conmetro n.º 14/06 (reconhecimento / vinculação ao Decreto)
* ABNT NBR 15320 - Resolução Conmetro n.º 04/06 (reconhecimento / vinculação ao Decreto)
* ABNT NBR 15570 - Resolução Conmetro n.º 06/08 (reconhecimento / vinculação ao Decreto)
* ABNT NBR 15450 - Resolução Conmetro n.º 15/06 (reconhecimento / vinculação ao Decreto)
* ABNT NBR 15646 (reconhecimento / vinculação à Portaria Inmetro n.º 153/09)
* Resolução Conmetro n.º 01/93 (revogada)
* Resolução Conmetro n.º 09/06 (revisão)
* Resolução Conmetro n.º 01/09 (vinculação às ABNT NBR 14022 e ABNT NBR 15570)
* Resolução Conmetro n.°06/09 (ônibus urbano - extensão de prazo)

Regulamentos RTQ (ônibus urbano - modificação)

* Portaria Inmetro n.º 260/07 RTQ (ônibus rodoviário - modificação)
* Portaria Inmetro n.º 168/08 RTQ (embarcação - modificação)
* Portaria Inmetro n.º 232/08 RAC (ônibus urbano - fabricação)
* Portaria Inmetro n.º 153/09 RAC (ônibus rodoviário - fabricação)
* Portaria Inmetro n.º 152/09 RAC (embarcação - construção)
* Portaria Inmetro n.º 139/09

Portarias

* Portaria Inmetro nº 139/12 (embarcação adaptação)
* Portaria Inmetro n.º 432/08 (ônibus urbano - período)
* Portaria Inmetro n.º 64/09 (ônibus urbano - ajustes)
* Portaria Inmetro n.º 358/09 (ônibus urbano - ajustes)
* Portaria Inmetro n.º 02/10 (certificação - extensão de prazo)
* Portaria Inmetro n.°36/10 (selos acessibilidade)
* Portaria Denatran n.°124/10 (inspeção veicular)
* Portaria Inmetro n.°47/10 (ajustes)
* Portaria Inmetro n.°290/10 (ônibus rodoviário - ajustes)
* Portaria Inmetro n.°292/10 (ônibus urbano - ajustes)
* Portaria Inmetro n.°364/10 (ônibus seletivo - requisitos)
* Portaria Inmetro n.°357/10 (certificação - extensão de prazo)
* Portaria Inmetro n.°27/11 (certificação - seletivo)
* Portaria Inmetro nº44/11 (certificação embarcações novas)

Outros

* Deliberação Contran n.°104/10 (CRLV e CRV).

http://www.inmetro.gov.br/qualidade/acessibilidade.asp

http://www.inmetro.gov.br/qualidade/acessibilidade/legislacao.asp

## VII.3. Acessibilidade na Comunicação e Prestação de Serviços

O artigo 21 da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência que trata da liberdade de expressão e de opinião e acesso informação versa sobre as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha.

Remetendo ao artigo 2º da referida Convenção que especifica:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

Comunicação abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. − Língua - abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada. − Libras – Língua Brasileira de Sinais - Reconhecida no Brasil como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.

Foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 2005 (Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Vale ressaltar a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS.

O Sistema Braille, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas, foi inventado na França por Louis Braille. É um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Foi oficializado no Brasil pela Lei nº 4.169 de 1962.

A Norma Brasileira que trata da Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços é a NBR 15599. Em seu anexo A, ela classifica os recursos para acessibilidade na comunicação: − Comunicação tátil - Recursos que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção tátil, sejam surdo - cegas, cegas ou com baixa visão: I. Alarme vibratório II. Alfabeto manual tátil e Alfabeto Moon III. Escrita na palma da mão IV. Letras em relevo V. LIBRAS tátil VI. Mapas táteis VII. Pictogramas em relevo VIII. Réplicas em escala reduzida IX. Sinalização tátil no piso X. Tadoma XI. Teletouch XII. Textos em Braille XIII. Texturas diferenciadas XIV. Thermoforme - Comunicação visual - Recursos que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção visual, inclusive surdo - cegas (com visão residual), surdas e outras. I. Alfabeto Dactilológico II. Central de Atendimento ao Surdo - CAS III. Contraste cromático IV. Correio eletrônico – e mail V. Facsimile - FAX VI. Imagens VII. Internet - IP VIII. Legendas em texto IX. Leitura orofacial X. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: em campo reduzido e escrita XI. Mapas XII. Material gráfico XIII. Painéis eletrônicos com informações textuais XIV. Pictogramas XV. Pictogramas com texto XVI. Pisos cromo diferenciados XVII. Sinalização luminosa de alerta e alarme XVIII. Sistema de ampliação de tela XIX. Textos escritos XX. Tipologia ampliada XXI. Transcrição de falas em tempo real XXII. Telefone para surdo - TS XXIII. Telefone público para surdos - TPS XXIV. SISO – Sistema de intermediação surdo-ouvinte XXV. Videophone XXVI. Webcam − Comunicação sonora - Recursos que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção auditiva, inclusive surdo - cegas (com audição residual), cegas e outras. I. Alarmes sonoros, apitos II. Audiodescrição III. Dublagem em português IV. Edição eletrônica e sonora de textos V. Formato Digital Audio-based Information System- DAISY VI. Loops- amplificador sonoro eletrônico e individual VII. Retorno sonoro acoplado a teclas, botões ou outra superfície sensível ao toque VIII. Sirenes e apitos utilizados segundo padrão característico IX. Sistema de leitura de tela X. Telefone com amplificador de sinal XI. Voz: locução digitalizada, locução gravada e locução sintetizada.

## VII.4. Acessibilidade na Informação

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que o acesso aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à internet sejam garantidos às pessoas com deficiência. O computador e a Internet representam um enorme passo para a inclusão das pessoas com deficiência, promovendo sua autonomia e independência. No que se refere a acesso ao computador, as quatro principais situações vivenciadas por usuários com deficiência são: − Acesso ao computador sem mouse: no caso de pessoas com deficiência visual, dificuldade de controle dos movimentos, paralisia ou amputação de um membro superior; − Acesso ao computador sem teclado: no caso de pessoas com amputações, grandes limitações de movimentos ou falta de força nos membros superiores; − Acesso ao computador sem monitor: no caso de pessoas com cegueira; − Acesso ao computador sem áudio: no caso de pessoas com deficiência auditiva.

* Tecnologias da Informação: O *World Wide Web Consortium* - W3C é uma organização mundialmente conhecida por elaborar documentos de especificação de tecnologias especialmente criadas para a *Web*, tais como o HTML, XHTML, CSS, SVG, SMIL, entre muitas outras. O W3C procura desenvolver padrões de tecnologias para *Web* de forma que possibilite a criação e interpretação dos conteúdos para *Web*. Os sites desenvolvidos segundo tais padrões devem ser acessados por qualquer pessoa ou tecnologia, independente de qual hardware ou software seja utilizado. Por intermédio da iniciativa *Web Accessibility Initiative* - WAI, o W3C desenvolve diretrizes para acessibilidade *Web.* Existem diretrizes específicas para diferentes grupos de componentes: − ATAG (*Authoring Tool Accessibility Guidelines*) – é destinada para fabricantes de ferramentas de criação de conteúdo. Ela orienta os fabricantes a implementarem funcionalidades em seu produto que ajude ao desenvolvedor de conteúdo a obedecer as recomendações descritas na WCAG. − UAAG (*User Agent Accessibility Guidelines*) – é destinada para desenvolvedores de *web browsers* e *players* de mídia, incluindo também alguns aspectos das tecnologias assistivas. − WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*) – é destinada para conteúdo das páginas *Web,* e é utilizada por desenvolvedores de páginas *Web*. Fabricantes de ferramentas de criação e ferramentas de avaliação também consultam este documento com o objetivo de refinar melhor o funcionamento de seus produtos e criar uma aderência melhor ao trabalho realizado pelo desenvolvedor de conteúdo. A primeira versão da WCAG ficou pronta em 1999 e desde então tem sido largamente utilizada, reproduzida e referenciada por diversos documentos sobre o assunto.
* Diretrizes Brasileiras: E-MAG A partir de uma iniciativa do Ministério do Planejamento, o Brasil, assim como em outros países, também criou o seu modelo de acessibilidade. O Modelo de Acessibilidade do Governo Brasileiro (E-MAG) está organizado em dois documentos: − Cartilha Técnica - contém as diretrizes de adequação de conteúdo da *Web*, sendo direcionada para profissionais de informática; − Modelo de Acessibilidade - contém orientações que auxiliam na implementação das diretrizes e procura facilitar o entendimento do modelo. O modelo brasileiro foi elaborado com base nas normas adotadas em outros países e, foi principalmente baseada na WCAG, porém, segundo o próprio modelo, tudo foi feito de forma que ficasse coerente com as necessidades brasileiras.
* Técnicas de Acessibilidade - As Ajudas Técnicas destinam-se a todas as pessoas com deficiência, idosos e, ainda, às pessoas que necessitam temporária ou definitivamente destes materiais e equipamentos para funcionarem de forma mais rápida, adaptada e com economia de esforço no seu dia-a-dia. A Convenção estabelece que se tornem acessíveis a custo mínimo os Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação desde a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação dos mesmos.

# VIII. LEGISLAÇÃO RELATIVA AO DIREITO À EDUCAÇÃO E À ACESSIBILIDADE

Neste momento apresentamos de forma sucinta e esquemática os principais marcos orientadores relativos ao direito à educação e à acessibilidade.

Quadro 3 - Marcos orientadores relativos ao direito à educação e à acessibilidade

|  |  |
| --- | --- |
| **DISPOSITIVOS LEGAIS** | **TEOR DA DOCUMENTAÇÃO** |
| **Constituição Federal de 1988. Art. 205, 206 e 208** | Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V) |
| **Lei**  **n.º 8.069 13/1990** | Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências |
| **Lei**  **nº 10.098/1994** | Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências |
| **Lei**  **nº 9.503/1997** | Institui o Código de Trânsito Brasileiro |
| **Lei**  **nº 9.933/1999** | Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e ainda a legislação desses órgãos sobre acessibilidade |
| **Lei**  **nº 10.048/2000** | Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e dá outras providências |
| **Lei**  **nº 10.098/2000** | Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências |
| **Lei**  **nº 10.257/2001** | Estatuto das Cidades: regulamenta a política urbana, de que tratam os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade delega aos municípios e aos seus planos diretores a tarefa de definir, no âmbito de cada cidade, as condições de cumprimento da função social da propriedade e da própria cidade. Disponibiliza para o planejamento municipal novos instrumentos de controle do solo urbano e introduz novas estratégias de gestão municipal. O seu artigo 2º define que: “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes: IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente”. O artigo 4º do Estatuto nos incisos I, II e III traz instrumentos definidos em lei que serão utilizados no planejamento urbano, os incisos acima arrolados, são imprescindíveis mencioná-los: I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; III – planejamento municipal, em especial: a) Plano diretor; b) Disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) Zoneamento ambiental; d) Plano plurianual; e) Diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) Gestão orçamentária participativa; g) Planos de desenvolvimento econômico e social. |
| **Lei**  **nº 10.436/2002** | Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados |
| **Lei**  **nº 10.741, de 2003** | Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. 28 Observar os artigos: Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos; (Redação dada pela Lei nº 12.418, de 2011). II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso; III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso; Art. 39. § 2o Nos veículos de transporte coletivo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos. Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso. Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo |
| **Lei**  **nº 10.861/2004** | Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências |
| **Lei**  **nº 11.126/2005** | Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado do cão-guia |
| **Lei 13.146/2015 –**  **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência** | Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas. Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua. Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva. Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado. Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva. Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da Educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. Oferta de profissionais de apoio escolar. Os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação em tradução e Interpretação em Libras. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior devem ser adotadas as seguintes medidas: Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços; disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação; disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência; disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência; dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade; adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa; tradução completa do edital e de suas retificações em Libras |
| **Decreto**  **nº 2.327/1997** | Dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, composição do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e ainda as Resoluções do CONTRAN sobre acessibilidade |
| **Decreto**  **nº 3.298/1999** | Regulamenta a Lei 7.853/89 que dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências |
| **Decreto**  **nº 3.956/2001** | Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de deficiência |
| **Decreto**  **nº 5.296/2004** | Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários |
| **Decreto**  **nº 5.626/2005** | Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior |
| **Decreto**  **nº 5.904/2006** | Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências |
| **Decreto**  **nº 186/2008** | Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 |
| **Decreto**  **nº 7.037/2009** | Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH-3 e dá outras providências |
| **Decreto**  **nº 6.949/2009** | Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso aos referenciais de acessibilidade na educação superior, segundo a constituição de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis |
| **Decreto**  **nº 7.234/2010** | Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º, consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos  globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” |
| **Decreto**  **nº 7.512 de 2011** | Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências |
| **Decreto**  **nº 7.611/2011** | Dispõe sobre o Atendimento Educacional (AEE), que prevê, no art. 5º, § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação |
| **Decreto**  **nº 7.612 de 2011** | Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite |
| **Portaria MEC**  **nº 2.678/2002** | Aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional |
| **Portaria MEC**  **nº 3.284/2003** | Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições referenciais de acessibilidade na educação superior que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas |
| **Portaria MEC**  **nº 976/2006** | Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme Decreto 5296 de 2004 |
| **Portaria MC**  **nº 301/2006** | Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão |
| **Portaria MC**  **Nº 188/2010º** | Altera a portaria nº 310/2006, conceituando a Audiodescrição e estabelecendo prazos diferenciados para sua adequação. 2.3 Outros Instrumentos de Planejamento |
| **Portaria MS**  **nº 1.060/2002** | Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência |
| **Portaria STL**  **Nº 03/2007** | Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão |
| **Portaria Interministerial MF/MCT/SEDH**  **nº 31/2012** | Dispõe sobre o limite de renda mensal para enquadramento como beneficiário do financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol de bens e serviços passíveis de financiamento com crédito subvencionado para tal finalidade |
| **Resolução ANVISA – RDC nº 50/2002** | Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde |
| **Instrução Normativa nº 1 do IPHAN de 2003** | Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica |
| **ABNT NBR 9.050/2004** | Dispõe sobre a acessibilidade arquitetônica a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos |
| **Relação das Normas Brasileiras de Acessibilidade da ABNT em vigor** | 01 ABNT NBR 15646:2011 Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros - Requisitos de desempenho, projeto, instalação e manutenção. 02 ABNT NBR 14022:2011 Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros 03 ABNT NBR15655-1: 2009 Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1, MOD). 04 ABNT NBR15646: 2008 Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. 05 ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços 06 NBR313: 2007 Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. 07 ABNT NBR 15450:2006 Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário 08 ABNT NBR 15320:2005 Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário 09 ABNT NBR 15290:2005 Acessibilidade em comunicação na televisão 10 ABNT NBR 14021:2005 Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano 11 ABNT NBR 15250:2005 Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário 12 ABNT NBR 9050:2004 - Versão Corrigida:2005 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos 13 ABNT NBR 14970-1: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 1: Requisitos de dirigibilidade 14 ABNT NBR 14970-2: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor em mobilidade reduzida 15 ABNT NBR 14970-3: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 3: Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado 16 ABNT NBR 14273:1999 Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial 16 ABNT NBR 14020:1997 Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso 17 ABNT NBR16001 - 2004 Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos. Em Consulta Pública 18 Acessibilidade Sinalização Tátil no Piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 19 Acessibilidade em Estádios |
| **Programa Acessibilidade Ensino Superior (Incluir/2005)** | Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência |
| **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (ONU, 2006)** | Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas |
| **Plano de Desenvolvimento da Educação**  **2007** | Objetiva melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior |
| **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**  **(BRASIL, 2008)** | Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação |
| **CONEB/2008**  **e**  **CONAE/2010** | Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas |
| **Parecer CNE/CP nº 8/2012** | Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental |
| **Normas do MT**  **NR 24/2014** | Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. (Disciplina os preceitos de higiene e de conforto a serem observados nos locais de trabalho, especialmente no que se refere a: banheiros, vestiários, refeitórios, cozinhas, alojamentos e água potável, visando à higiene dos locais de trabalho e a proteção à saúde dos trabalhadores). |
| **Nota Técnica DAES/INEP**  **nº 008/2015** | Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do sistema de avaliação nacional de avaliação da educação superior – SINAES |

Fonte: ?????

# IX. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UNIRIO

A política de Acessibilidade da UNIRIO cem sendo construída desde 2005, por meio do Programa Incluir, que faz parte do eixo Acesso a Educação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite. Para este programa, a acessibilidade na educação superior será executada por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Esse programa foi desenvolvido pela atual Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

Não obstante, a UNIRIO apresenta uma situação diferenciada de muitas universidades, que é a descentralização da sede. As atividades acadêmicas e administrativas da UNIRIO estão distribuídas pela cidade do Rio de Janeiro, de forma descentralizada, pelos bairros da Tijuca, Centro, Botafogo e Urca como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Distribuição das atividades acadêmicas e administrativas

|  |  |
| --- | --- |
| **BAIRROS** | **UNIDADES** |
| **Tijuca** | Arquivo Central  Centro de Ciências Biológicas da Saúde  Escola de Medicina e Cirurgia  Unidade da Escola de Medicina e Cirurgia  Hospital Universitário Gaffrée e Guinle |
| **Centro** | Auditoria Interna  Coordenadoria de Engenharia  Coordenadoria de Educação a Distância  Instituto Biomédico  Procuradoria-Geral  Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas |
| **Botafogo** | Centro de Ciências Jurídicas e Políticas |
| **Urca** | Biblioteca Central  Centro de Ciências Exatas e Tecnologia  Centro de Ciências Humanas  Centro de Letras e Artes  Coordenadoria de Comunicação Social  Coordenadoria de Relações Internacionais  Escola de Enfermagem Alfredo Pinto  Escola de Nutrição  Instituto de Biociências  Pró-Reitoria de Administração  Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  Pró-Reitoria de Extensão e Cultura  Pró-Reitoria de Graduação  Pró-Reitoria de Planejamento  Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  Reitoria  Vice-Reitoria  Secretaria dos Conselhos Superiores |

Fonte: PDI UNIRIO 2017-2021

Formada por prédios antigos e alguns deles tomados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), denota-se que a acessibilidade fica muito prejudicada nesse cenário e a integração de pessoas com limitações era quase impossível nessas edificações. Sabe-se que acessibilidade é uma questão de atitude e respeito às diferenças, logo é necessário estar atento para não criar barreiras que atrapalhem o cotidiano das pessoas com deficiência.

Assim sendo, e considerando:

1) a legislação relativa ao direito à educação e a acessibilidade, apontada anteriormente; 2) a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; e 3) as finalidades e princípios da UNIRIO, conforme apresentados no Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI: 2017-2021), entendemos que a definição de uma Política Institucional de Acessibilidade é urgente, e além de ser um cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade é um compromisso da nossa Universidade com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que a acessibilidade deve ser entendida como um valor institucional que colabora para uma universidade plural que respeita a diversidade humana.

2) A educação especial na perspectiva da educação inclusiva

Como referido anteriormente no documento Brasil (2008) e reforçado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/15), a educação especial na perspectiva da educação inclusiva é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Esta, integrada à proposta pedagógica da escola regular, realiza o atendimento educacional especializado a alunos com necessidades educacionais especiais (alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos), além de orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (apoio pedagógico especializado, atendimento pedagógico domiciliar, classe hospitalar e estimulação precoce).

No sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades, desde a educação básica à educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação de alunos. Estas ações devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem ensino, pesquisa, inovação e extensão (BRASIL, 2008, p. 16, BRASIL, 2015, p. 07).

O documento “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)” do INEP/MEC, intitulado também chama a atenção dos gestores das Instituições de Educação Superior (IES) para o fato de que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva é uma modalidade de ensino, e assim, na educação básica integra o Projeto Político Pedagógico das escolas e na educação superior perpassará o plano de desenvolvimento institucional das IES.

Esse documento ainda chama a atenção para o fato de que os requisitos de acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações são observados em todas as modalidades de atos autorizativos.

Assim sendo, após diversas reuniões da PRAE com a Comissão Permanente de Acessibilidade (COPACE), formada pela PROGRAD, PROPG, PROExC, PRAE, PROAD, PROPLAN, PROGEPE, HUGG, AC, BC, CRI, CEAD, COMSO, DTIC, DAINF, auxiliada por docentes que já estudam a temática, vem propor a metas e ações para a Universidade no período de 2017 a 2021, organizadas em oito eixos.

# X. PROMOÇÃO DE ACESSO DA UNIRIO

As metas e ações da Política de Acessibilidade da UNIRIO serão estruturadas em oito eixos, a saber:

* **Eixo 1** – Acessibilidade: Inclusão e permanência
* **Eixo 2** – A Infraestrutura Acessível
* **Eixo 3** – A Acessibilidade Pedagógica e Curricular
* **Eixo 4** – A Acessibilidade Comunicacional e Informacional
* **Eixo 5** - A Catalogação das Informações sobre Acessibilidade
* **Eixo 6** – O Ensino, a Pesquisa e a Inovação em Acessibilidade
* **Eixo 7** – A Extensão sobre/com Acessibilidade
* **Eixo 8** – Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade

Serão apontados no documento os órgãos responsáveis por cada ação na instituição e uma previsão para que essa ação seja iniciada. No entanto o documento deve ser constantemente revisto para análise de ações não executadas e/ou iniciadas para reestruturação e efetivação do mesmo.

Apresentamos a seguir a Política de Acessibilidade da UNIRIO resultante de todo esse processo.

# XI. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE DA UNIRIO

|  |
| --- |
| **Eixo 1 - Acessibilidade: Inclusão e Permanência** |
| Implantação e implementação de um programa de aprimoramento e controle dos procedimentos adotados na confecção, aplicação e correção das provas dos Processos Seletivos da UNIRIO, tanto de discentes, quanto de servidores, e promoção da Universidade junto às instituições representantes das pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais. Também é responsável pela implantação e implementação de política de assistência estudantil específica para os alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1 -** Ampliar o número de discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Discussão com MEC sobre efetividade da acessibilidade na prova do Enem com disposição de todos os recursos descritos no Edital de forma a proporcionar acessibilidade adequada | PROGRAD -  CAEG | 2017/1 |
| Reuniões com instituições representantes das pessoas com deficiência visando ao aprimoramento dos procedimentos adotados na confecção, aplicação e correção das provas dos Concursos e Processos Seletivos da UNIRIO | PROGRAD -  CAEG | 2018/1 |
| Discussão no âmbito da Universidade sobre a possibilidade de reserva de vagas às pessoas com as diferentes deficiências e em todos os cursos da UNIRIO | PROGRAD | 2018/1 |
| Acompanhamento da Lei de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos da UNIRIO, para docentes e técnico-administrativos | PROGRAD CAEG | 2017/1 |
| Discutir sobre a Reserva de vagas para docentes e técnicos que supere a lei de Cotas nos concursos com menos de 5 (cinco) vagas somando vagas de concursos diferentes | PROGRAG  CAEG  PROGEPE | 2018/1 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 2 -** Realizar ações que favoreçam a permanência dos alunos | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Criar, implantar e implementar um Projeto Institucional de Inclusão e Acessibilidade na UNIRIO | PROGRAD  PRAE | 2018/1 |
| Captar recursos de assistência estudantil com rubrica específica e de apoio estudantil/PNAES e PROMISAES, para Projeto Institucional de Inclusão e Acessibilidade | PROGRAD  PRAE | 2018/1 |
| Apresentar formas de avaliação para assistência estudantil que considere a realidade social e especifica das pessoas com deficiência | PRAE | 2018/1 |
| Discutir e verificar a possibilidade de cotas para pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento no número de bolsas e assistências prestadas | PROGRAD  PRAE | 2018/2 |
| Assistência específica nos restaurante escola e nas cantinas  (acessibilidade e assistência nutricional) | PRAE  CE | 2018/1 |
| Buscar melhores condições de transporte acessível junto aos órgãos responsáveis | PRAE  PROAD  DAA | 2017/1 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 3 -** Estabelecer convênios com instituições especializadas e/ou representativas e parceiras intrainstituicionais para efeito de prestação de serviços e assessorias | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Articulação com diversos órgãos federais, estaduais, municipais, empresas e ONGs visando manter parcerias para ações e encaminhamentos referentes ao apoio às pessoas com necessidades especiais | Vice-reitoria  PROAD | 2018/2 |
| Articulação e manutenção de parcerias sistematizadas (termos de cooperação) com as diversas entidades representativas de pessoas com deficiência do Estado do Rio de Janeiro para articulações, ações e encaminhamentos | Reitoria  Vice-Reitoria  PROGRAD  PRAE | 2018/2 |
| Estabelecimento de canais de comunicação com a comunidade universitária com necessidades especiais para orientar a otimização de recursos disponíveis na UNIRIO, tais como: HUGG, Biblioteca Central Guilherme Figueiredo, Curso de Línguas (Libras)/Educação, entre outros | PROGEPE  HUGG  BC  EE | 2018/1 |

|  |
| --- |
| **Eixo 2 - Infraestrutura Acessível** |
| Implantação e implementação de um programa de construção, reforma, ampliação e/ou adaptação das instalações físicas e equipamentos da UNIRIO, conforme os princípios do desenho universal |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1 -** Elaborar um programa de construção, reformas e/ou adaptações, manutenção das instalações e equipamentos da UNIRIO, conforme os princípios do desenho universal, buscando a eliminação das barreiras arquitetônicas Assim como realizar ações que minimizem essas barreiras até que sejam eliminadas. | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Realização de um levantamento das instalações e equipamentos com restrição da autonomia e obstáculos arquitetônicos | Vice-Reitoria  COPACE  CE | 2017/1 |
| Elaboração de um banco de dados informatizado com as instalações e equipamentos, construídos, reformados e/ou adaptados, conforme os princípios do desenho universal, juntamente com pessoa com deficiência e a programação definida pela política institucional de acessibilidade (rampas, barras de apoio, corrimãos, pisos e sinalizações táteis, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalações de elevadores, dentre outras) | Vice-Reitoria  COPACE  CE  DTIC | 2018/2 |
| Priorizar rampas a elevadores e escadas sempre que possível | Vice-Reitoria  COPACE  CE | 2018/1 |
| Aumentar o número de corrimãos nas edificações da Universidade | Vice-Reitoria  COPACE  CE | 2018/2 |
| Substituir corrimãos danificados nas edificações da Universidade | Vice-Reitoria  COPACE  CE | 2018/2 |
| Efetivar tempo mínimo de conserto dos elevadores já combinado em contrato | PROAD | 2018/1 |
| Implantar um grupo de estudos para análise das especificidades das pessoas com deficiência para garantir acessibilidade não especificada na lei | Vice-Reitoria  COPACE  PRAE | 2018/2 |
| Realizar troca de salas de alunos com mobilidade reduzida a fim de tornar as aulas mais próximas | Direções de Escolas, Institutos e Faculdades | 2017/2 |
| Marcar mobiliário e equipamentos de informática preferenciais para pessoas com deficiência, respeitando sempre a livre escolha, mas garantindo espaço adequado | Unidades Acadêmicas e Administrativas | 2018/1 |
| Adequar o paisagismo para que não se torne uma barreira arquitetônica (ex. arvores e bancos) | Vice-Reitoria  CE  COPACE | 2018/2 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 2 –** Construir rotas acessíveis nas Unidades Administrativas da UNIRIO | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Realização de um levantamento das principais rotas de circulação de pessoas com deficiência das referidas Unidades Administrativas | Vice-Reitoria  COPACE  CE | 2018/2 |
| Projeto e posterior sinalização das rotas acessíveis e secundárias com indicações das direções, obstáculos arquitetônicos e distâncias, por meio de mapa tátil. | Vice-Reitoria  COPACE  CE  PROExC | 2017/2 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 3 -** Reservar e sinalizar as vagas de estacionamentos da UFG, próximas dos acessos de circulação de pedestres para veículos que transportam pessoas com deficiência e mobilidade reduzida | | |
| Ações: | Responsáveis | Previsão |
| Realizar estudos sobre melhor localização da reserva de vagas | Vice-Reitoria  COPACE  CE  DAA -  Administração de Edifícios | 2017/1 |
| Sinalizar vagas | Vice-Reitoria  COPACE  CE  DAA -Administração de Edifícios | 2018/2 |
| Realizar projeto de conscientização do respeito às vagas de estacionamento | Vice-Reitoria  COPACE  CE  DAA -Administração de Edifícios | 2018/1 |
| Liberação de carros de alunos com deficiência devidamente sinalizados em estacionamentos específicos para professores e funcionários | Vice-Reitoria  COPACE  CE  DAA -Administração de Edifícios | 2018/1 |

|  |
| --- |
| **Eixo 3 – Acessibilidade Pedagógica e Curricular** |
| Implantação e implementação de projetos e programas que visem à promoção da acessibilidade ao currículo e as ações didáticos pedagógicas. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1** - Garantir acessibilidade pedagógica e curricular dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade, conforme demanda identificada e/ou solicitada | PROAD  COPACE  Vice-Reitoria | 2018/2 |
| Incentivar publicações e produzir materiais bibliográficos com conhecimentos que proporcionem informações sobre as deficiências e eficiências das pessoas com deficiência e propostas didático-pedagógicas para a inclusão, em colaboração com pesquisadores e extensionistas das unidades da UNIRIO | Vice-Reitoria  COPACE  Pró-Reitorias | 2017/2 |
| Buscar junto ao MEC vagas para professores de apoio, intérpretes de libras e equipe interdisciplinar para atuarem junto as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades no Ensino Superior | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD  PROGEPE  PROPLAN | 2018/2 |
| Discutir sobre ações de adaptações pedagógicas e avaliativas que considerem a singularidade da pessoa com deficiência, determinadas após estudo de caso, sejam respeitadas nos cursos da UNIRIO como dilatação de tempo de avaliação, Prova individualizada, prova oral, prova sinalizada, tradução da prova em libras, prova em Braile, prova ampliada, permanência do professor de apoio ou interprete de libras em sala, ampliação do tempo de integralização do curso, disponibilização de material pedagógico acessível aos sistemas de computador de acessibilidade, utilização de equipamentos de tecnologias assistivas inclusive em avaliações, entre outros | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD  PROPG | 2019/2 |
| Implantação e implementação de um projeto de auxilio acadêmico aos estudantes com necessidades especiais (p. ex. bolsista para o estudante com necessidades especiais como mediador das relações entre educador e educando, e para oferecer-lhe apoio nas atividades realizadas durante as aulas e atividades de estudos) | Vice-Reitoria  COPACE  PRAE | 2019/1 |
| Estudar e implantar a inclusão em conteúdos curriculares, nos cursos de nível superior, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD | 2019/1 |
| Desenvolver projetos de pesquisa e extensão (PIBIC/PIBID/ Estágio Supervisionado, etc.) sobre conteúdos disciplinares e questões pedagógicas de inclusão escolar na educação básica, com licenciandos de diferentes áreas do conhecimento | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC  PROPG | 2018/2 |
| Manter a oferta dos cursos de especialização a distância de Educação Especial em Deficiência Auditiva, Mental e Visual | Vice-Reitoria  COPACE  CEAD | 2017/1 |

|  |
| --- |
| **Eixo 4 – Acessibilidade Comunicacional e Informacional** |
| Implantação e implementação de projetos e programas que visem à promoção da acessibilidade à comunicação e a informação |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1 -** Garantir a Acessibilidade informacional | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Buscar recurso financeiro e estrutural para atendimento de todas as especificidades das pessoas com deficiência (ex. Impressora 3D, tela grande para computador) | Reitoria  Vice-Reitoria  COPACE | 2018/1 |
| Oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, impressão em braile, lupa ampliadora digital portátil, escâner leitor de livros, escâner digitalizador de imagens, folheador de páginas, entre outros equipamentos e serviços de acessibilidade | Vice-Reitoria  COPACE  BC | 2018/1 |
| Ampliar o número de profissionais efetivos para o atendimento de pessoas com deficiência | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2018/2 |
| Aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis (ex. gravações em libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada; | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD  BC | 2019/1 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 2 -** Melhorar a acessibilidade aos sítios da UNIRIO | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Desenvolver a acessibilidade no sítio eletrônico, páginas e portais da UNIRIO | Vice-Reitoria  COPACE  PROPLAN - DTIC | 2018/2 |
| Reforma da página da Lei de acesso a Informação - LAI com melhoria da acessibilidade arquitetônica | Vice-Reitoria  COPACE  PROPLAN - DTIC  Ouvidoria | 2018/1 |
| Reforma da página da Ouvidoria da Universidade com melhoria da acessibilidade arquitetônica | Vice-Reitoria  COPACE  PROPLAN - DTIC  Ouvidoria | 2018/1 |
| Implantar e implementar barras de acessibilidade nas páginas e portais, utilizando os padrões W3C e e-MAG | Vice-Reitoria  COPACE  PROPLAN - DTIC | 2018/1 |
| Implantar e implementar um sistema para acessibilidade na *web* que possibilite a personalização das páginas tornando-as mais acessíveis para todo e qualquer usuário, considerando o design universal | Vice-Reitoria  COPACE  PROPLAN - DTIC | 2019/2 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 3 -** Garantir a Acessibilidade Comunicacional dos discentes, docentes e técnico-administrativos com necessidades especiais nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Efetivar a interpretação de libras em eventos científicos, acadêmicos e comemorativos | Vice-Reitoria  COPACE | 2017/2 |
| Acompanhamento da contratação de intérpretes de LIBRAS e docentes para a disciplina de LIBRAS (ofertada nos cursos de licenciatura) | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD | 2018/2 |

|  |
| --- |
| **Eixo 5 - A Catalogação das Informações sobre Acessibilidade** |
| Implantação e implementação de um sistema de informação centralizado com as informações da acessibilidade na UNIRIO |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1-** Aperfeiçoar os sistemas de caracterização das pessoas com deficiência | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Atualização semestral do cadastro dos discentes de graduação com deficiência | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD  PROPLAN - DAINF | 2018/1 |
| Atualização semestral do cadastro dos discentes de pós-graduação *stricto sensu* com deficiência | Vice-Reitoria  COPACE  PROPG  PROPLAN - DAINF | 2018/1 |
| Atualização semestral do cadastro de docentes, técnico-administrativos e terceirizados com deficiência | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2018/1 |

|  |
| --- |
| **Eixo 6 - Ensino, Pesquisa e Inovação em Acessibilidade** |
| Implementação de programas de ensino e/ou pesquisa inovadoras que possibilitem a qualificação da formação acadêmica da comunidade universitária sobre acessibilidade e/ou a produção de conhecimentos e produtos, metodologias, processos e técnicas que contribuam para acessibilidade das pessoas com deficiência |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1-** Desenvolver cursos sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para discentes e servidores da Instituição | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Criar mecanismos de incentivo à formação em Educação Inclusiva para docentes | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2019/1 |
| Realização de Cursos de Libras, Braille e Sorobã, para docentes, discentes e servidores da instituição, conforme a demanda identificada e/ou solicitada | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2018/2 |
| Fortalecer o Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade (NAU) da UNIRIO | Vice-Reitoria  COPACE | 2017/2 |
| Acompanhamento da inclusão da disciplina de Libras nos projetos pedagógicos de cursos, conforme determina o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 | PROGRAD | 2018/1 |

|  |
| --- |
| **Eixo 7 - Extensão sobre/com Acessibilidade** |
| Realização de atividades extensionistas e eventos acadêmicos, esportivos, culturais, artísticos e de lazer sobre acessibilidade e/ou de forma acessível às pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1-** Implantar e implementar um programa de comunicação com a comunidade universitária para sensibilização e reconhecimento dos valores sociais da convivência na diversidade e do ambiente acessível a “todos” | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Implementação do projeto de comunicação para divulgação de ações de acessibilidade na UNIRIO | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC  COMSO | 2019/1 |
| Implantação e implementação de um projeto de disseminação da informação e sensibilização da comunidade universitária, acerca do convívio com a diferença e a educação como direito de todos | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC  COMSO | 2018/2 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 2 -** Realizar eventos sobre acessibilidade no ensino superior e/ou eventos acessíveis às pessoas com necessidades especiais | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Realização de dois eventos anuais sobre a acessibilidade no Ensino Superior | Vice-Reitoria  COPACE | 2018/2 |
| Incluir sempre que possível nos eventos científicos da UNIRIO a discussão da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos da sociedade | Vice-Reitoria  COPACE  PROGRAD  PROPG  PROExC  PRAE | 2018/2 |
| Melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiências em ambientes culturais e de conhecimento permanentes | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC | 2018/2 |
| Apoiar projetos de extensão na área de acessibilidade e inclusão | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC | 2018/2 |
| Participação de diferentes eventos sobre educação inclusiva buscando novos conhecimentos e parcerias que revertam em ações para acessibilidade na UNIRIO | Vice-Reitoria  COPACE  PROExC | 2018/2 |

|  |
| --- |
| **Eixo 8 - Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade** |
| Definição da política de recursos humanos e mecanismos de financiamento e captação de recursos financeiros para a implantação e implementação da política de acessibilidade da UNIRIO |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 1 -** Definir estratégias para contratação de técnico-administrativos e outros profissionais para atender as demandas da Universidade | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Analise das demandas com relação ao desempenho e necessidades das pessoas com necessidades especiais | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2018/2 |
| Realizar estudo para redimensionamento de força de trabalho de profissionais já existentes na instituição que possam trabalhar nos em equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como prevê Lei 13.146/15 | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE | 2018/2 |
| Buscar em próximos concursos a contratação de profissionais de AEE para o ensino superior cumprindo lei 13.146/15, iniciando pela contratação de psicopedagogo(a) e técnico(a) de informática, e ampliando para equipe interdisciplinar | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE  PRAE  DTIC | 2018/2 |
| Realizar reuniões junto ao MEC com base na Lei 13.146/15 para contratação de professores de apoio e interpretes de libras para acompanhamento dos alunos em sala de aula na Graduação e Pós-graduação | Vice-Reitoria  COPACE  PROGEPE  PROGRAD  PROPG | 2018/1 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Meta 2 –** Buscar recursos para infraestrutura, comunicação, informação e atividades de ensino, pesquisa e extensão | | |
| **Ações:** | Responsáveis | Previsão |
| Determinar prioridades para utilização de recursos de acessibilidade | Vice-Reitoria  COPACE | 2018/1 a 2021 |
| Catalogar editais que possibilitem buscar recursos para Acessibilidade | Vice-Reitoria  COPACE | 2018/1 a 2021 |
| Captar recursos junto ao MEC, MCTI e agências de fomento | Reitoria  Vice-Reitoria  Pró-Reitorias | 2018/1 a 2021 |
| Realizar reunião junto ao MEC para verificar possibilidades de financiamento | Reitoria  Vice-Reitoria | 2018/1 a 2021 |

# XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto foi construído a muitas mãos, através de muito estudo. Para sua produção foi realizado uma análise das condições atuais de acessibilidade da UNIRIO cotejadas com o que é previsto pela legislação vigente. O projeto apresenta, portanto, uma proposta de ações e encaminhamentos a partir da realidade e da demanda local, em consonância com a legislação. Espera-se, com este projeto, poder promover igualdade de condições de ingresso e permanência aos discentes com deficiência da UNIRIO e prover condições satisfatórias de trabalho para os servidores com deficiência. Nesse sentido, compreende-se a indissociabilidade entre acessibilidade e inclusão, ou seja, sem acessibilidade não há inclusão. Compreende-se, também, que há muito a ser feito e que não são apenas condições estruturais a serem modificadas.

Deste modo, para além das reformas de prédios e construção de rampas, há que se trabalhar com os atores que compõem o cenário acadêmico: servidores e alunos com e sem deficiências. Para ambos os grupos (com e sem deficiências) há a necessidade de introduzir o discurso do direito à igualdade de condições e possibilitar a compreensão de que uma universidade acessível e inclusiva se constrói na parceria, no respeito à diferença e na garantia do direito de participação irrestrita nos processos de ensino-aprendizagem. O aluno e o servidor com deficiência não podem ser computados apenas como números nos índices de inclusão do MEC, precisam ser atores ativos, com autonomia e protagonismo no ambiente acadêmico.

# REFERÊNCIAS

Programa Nacional de Direitos Humanos– PNDH 3 (<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>)

Declaração Universal de Direitos Humanos (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>)

Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos n.º 2 das Nações Unidas - (<http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_2.pdf>)

Brasil Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. - Brasília: SEDH (<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/60anosDUDH.pdf>)

Programa Nacional de Direitos Humanos– PNDH 3 (Introdução, Ministro Paulo Vannuchi)

Decreto nº 5.296/2004 – regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e a nº 10.098/2000 que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade, e dá outras providências (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>)

DESENHO URBANO / Ed Wall, Tim Waterman; tradução técnica: Alexandre Salvaterra - Porto Alegre : Bookman, 2012.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas - UPP. Município acessível ao cidadão, coordenado por Adriana Romeiro de Almeida Prado. São Paulo, 2001 (<http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_Municipio_acessivel_ao_cidadao.pdf>)

ABNT NBR 15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefielddescription%5D_21.pdf>

ABNT NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefielddescription%5D_24.pdf>)

Histórico sobre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Texto do portal (<http://portal.sdh.gov.br/sobre/historico-1>)

Texto do Relatório de Monitoramento da Convenção (<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/relatorio-de-monitoramento-da-convencao>).

Decreto nº 7.612 de 2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>)

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>)

LEI Nº 12.587 DE 2012 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>

Programa Nacional de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Áreas Tombadas (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16598&sigla=Noticia&retorno>)

RESOLUÇÃO TSE 23.381 - Institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências. (<http://apps.tre-rr.jus.br/docpub/index.php/Resolu%C3%A7%C3%A3o_TSE_23.381>)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>)

LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>)

LEI Nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005 – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm>)

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>)

DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>)

DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006 - Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004- 2006/2006/Decreto/D5904.htm)

DECRETO Nº 7.512, DE 30 DE JUNHO DE 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7512.htm>)

Portaria Interministerial nº 31 de 06/02/2012 / MF - Ministério da Fazenda (http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=219516 e <http://www.diariodasleis.com.br/tabelas/219516.pdf>)

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2003/l10.741.htm) 45

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 do IPHAN de 25 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. (<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=443298B54D26DC20E2A204A0C49EFF81?id=355>)

e - MAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Brasília : MP, SLTI, 2011. (<http://emag.governoeletronico.gov.br/emag/emag-3.pdf>)

LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>)

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm>)

DECRETO No 2.327, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - Dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, composição do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/D2327.htm) e Resoluções do Contran (<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>)

LEI No 9.933, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos, e dá outras providências. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9933.htm>)

Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. (<http://www.fiocruz.br/redeblh/media/50_02rdc.pdf>)

NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2D82F2347F3/nr_24.pdf>)

PLANO DIRETOR PASSO A PASSO - Fundação Prefeito Faria Lima - Coordenação de Mariana Moreira-São Paulo – 2005 (<http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Plano_diretor_passo_a_passo.pdf>)

Modelo para Elaboração de Código de Obras e Edificações- Rio de Janeiro: IBAM / DUMA, 1

PlanMob - Construindo a Cidade Sustentável - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. (<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro-PlanoMobilidade.pdf>)

Conjunto de Normas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (http://www.abntcatalogo.com.br/normagrid.aspx e <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>)

ABNT NBR 9284:1986 - Equipamento urbano – Classificação (<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=6687>)

Glossário - Desenho Urbano / Ed Wall, Tim Waterman; tradução técnica: Alexandre Salvaterra - Porto Alegre : Bookman, 2012.

Exhibition Road, Londres Definição de "espaço com partilhado", (<http://www.flickr.com/photos/73419983@N05/sets/72157629113163377/>)

Avaliação da Conformidade - Programa Brasileiro de Acessibilidade nos Transportes Coletivos de Passageiros nos Modais Rodoviário e Aquaviário. (<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/acessibilidade.asp>)

Legislação do INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/acessibilidade/legislacao.asp>)

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1)

LEI Nº 4.169, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962 - Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. (http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=88121)

Técnicas de Acessibilidade - Criando uma *web* para todos. Jalves Mendonça Nicácio http://jalvesnicacio.files.wordpress.com/2010/11/tc3a9cnicas-de-acessibilidade-web-jalves-nicc3a1cio.pdf

Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (<http://assistiva.mct.gov.br>)

UNIRIO. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).* Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

1. Fonte: Portaria MEC nº 2.176, de 04/10/2001 – Aprova alterações no Estatuto da UNIRIO, publicado no Diário Oficial de União (DOU) de 05/10/2001. [↑](#footnote-ref-1)